UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

LUCAS ARAÚJO MIRANDA

AGRICULTURA URBANA EM PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

Presidente Prudente

2021

LUCAS ARAÚJO MIRANDA

AGRICULTURA URBANA EM PRESIDENTE PRUDENTE (SP)

Monografia apresentada ao Conselho de Curso de Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), *campus* de Presidente Prudente, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol.

Presidente Prudente

2021

M672a

Miranda, Lucas Araújo
Agricultura urbana em Presidente Prudente (SP) / Lucas Araújo Miranda. -- Presidente Prudente, 2021
63 f. : fotos, mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientadora: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

1. Agricultura urbana. 2. Agroecologia. 3. Politica pública. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Presidente Prudente

DECLARAÇÃO

LUCAS ARAÚJO MIRANDA, RG. N.º 39.515.598-8, cumpriu, sob minha orientação, 180 horas da disciplina de Estágio Supervisionado e Trabalho de Graduação do Curso de Bacharelado em Geografia, desta Faculdade.

Título do Trabalho de Graduação: **"AGRICULTURA URBANA EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP".**

O Trabalho de Graduação foi apresentado, em defesa pública, no dia **26 de fevereiro**, às 14h00min, em sala virtual no Google Meet.

Após as arguições e defesa do(a) candidato(a), foi atribuído o conceito A, com a nota 9,0 (nove).

Presidente Prudente, 26 de fevereiro de 2021.

BANCA AVALIADORA	ASSINATURAS
Profª Drª Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol (orientadora)	
Claudinei da Silva Pereira	De acordo
Daiara Mendes Batista	De acordo

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19060-900 Presidente Prudente SP
Tel 18 3229-5650 depgeo@fct.unesp.br

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente à minha mãe (Carla Araújo), além da minha família e amigos próximos, pois graças ao apoio deles cheguei até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Carla Araújo, por ter me criado com tanto amor e responsabilidade. Ela também é a pessoa que mais me inspira a ser forte e vencer os obstáculos da vida. Agradeço por acreditar em mim desde o início e pelo apoio em minhas decisões. Agradeço por todo o apoio financeiro, especialmente pela viagem para participar do EGAL (Encontro de Geógrafos da América Latina) no Equador. Sou muito grato a você, mãe.

Agradeço à minha família, especialmente o meu tio geógrafo, Patrick Rodrigues, e as minhas avós, Lourdes e Creuza. Ao meu tio Patrick, agradeço por todos os conselhos prestados, pelos passeios e pelo apoio financeiro quando precisei. Além de ser a minha principal inspiração quando decidi cursar Geografia aos dezessete anos. Às minhas avós, Lourdes e Creuza, agradeço por todas as conversas, amor, carinho e pelo apoio desde o início. Sou muito grato a vocês.

Agradeço aos meus amigos, especialmente aqueles mais próximos e que me apoiaram, incentivaram, conversaram, aconselharam e proporcionaram momentos de diversão durante a minha trajetória na graduação. Não vou citar nomes para evitar decepções, mas agradeço especialmente aos meus amigos mais próximos em São Caetano do Sul durante as férias e em Presidente Prudente durante o período letivo. Quem esteve ao meu lado se identificará com o agradecimento. Sou muito grato a vocês.

Agradeço ao professor Carlos de Castro Neves Neto, por ter reconhecido a minha dedicação às aulas da disciplina de Geografia do Brasil no meu primeiro ano de graduação e, posteriormente, pela indicação à professora Rosângela Hespanhol para participar de um projeto de pesquisa que acabaria por transformar a minha trajetória como estudante de Geografia. Sou muito grato pelo reconhecimento.

Agradeço, com muito carinho, à minha orientadora, Rosangela Hespanhol, pela paciência (muito mesmo), dedicação e comprometimento desde o meu segundo ano da graduação em Geografia. A maior parte da minha evolução como estudante de Geografia foi proporcionado pelos seus conselhos e correções. Tornou-se uma inspiração para mim e sou muito grato por tudo que aprendi com ela.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro através da minha bolsa de iniciação científica

e pela oportunidade de me tornar um ser humano cada vez mais evoluído intelectualmente. Vejo essa oportunidade como um privilégio, em uma sociedade na qual são poucas as pessoas que possuem a mesma oportunidade que a minha. Agradeço pela oportunidade em contribuir para a ciência brasileira nesse período de intensos ataques e desvalorização da comunidade científica do nosso país, que tanto contribuiu e ainda contribui – mesmo com todas as dificuldades – para o progresso social.

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho foi identificar como as várias formas de agricultura urbana presentes no município de Presidente Prudente se relacionam com as políticas públicas, a preservação da natureza e a alimentação saudável. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico e em *sites*, a partir da seleção e leitura de material. Posteriormente, fez-se a coleta e sistematização de dados econômicos, populacionais e agropecuários sobre o município de Presidente Prudente a fim de caracterizar o recorte territorial da pesquisa. Na sequência, elaborou-se um roteiro de entrevista semiestruturado e, após a pesquisa exploratória, selecionou-se três agricultores urbanos para a realização das entrevistas. Essas entrevistas ocorreram entre os anos de 2018 e 2019, apresentando diferentes experiências e práticas de agricultores urbanos. Depois, fez-se a análise dos dados e das informações coletadas em fontes primárias e secundárias com base nas reflexões teóricas realizadas a partir da revisão bibliográfica. Os principais resultados dessa pesquisa, a partir do estudo de casos analisado, foram que as experiências e práticas de agricultura urbana em Presidente Prudente contribuíram parcialmente para a preservação da natureza e a produção de alimentos saudáveis. Foram identificadas também características agroecológicas em parte dos cultivos analisados. O impacto das políticas públicas sobre as experiências e práticas de agricultura urbana declinou progressivamente desde a criação de um programa municipal nos anos 1990 até a sua completa ausência na área atualmente. Constatou-se, por meio da pesquisa de campo, que as pessoas praticantes dessas atividades e as suas respectivas hortas, não receberam nenhum tipo de apoio oficial ou assistência técnica para a sua manutenção e/ou desenvolvimento das áreas de cultivo.

Palavras-chave: Agricultura urbana; Agroecologia; Políticas públicas.

ABSTRACT

The main objective of this work was to identify how the various forms of urban agriculture present in the municipality of Presidente Prudente relate to public policies, nature preservation and healthy eating. For the development of this research, a bibliographic and website survey was carried out, based on the selection and reading of material. Subsequently, the collection and systematization of economic, population and agricultural data on the municipality of Presidente Prudente was carried out in order to characterize the territorial scope of the research. Afterwards, a semi-structured interview script was elaborated and, after the exploratory research, three urban students were selected to carry out the information. This information occurred between the years 2018 and 2019, different experiences and practices of urban farmers. Then, there was an analysis of data and information collected from primary and secondary sources based on theoretical reflections made from the literature review. The main results of this research, from the analyzed case study, were that the experiences and practices of urban agriculture in Presidente Prudente partially contributed to the preservation of nature and the production of healthy foods. The agroecological characteristics of part of the steering crops were also identified. The impact of public policies on urban agriculture experiences and practices has progressively declined from the creation of a municipal program in the 1990s to its complete absence in the area today. It can be seen, through field research, that people who practice these activities and like their gardens, did not receive any kind of official support or technical assistance for their maintenance and/or development of the cultivation areas.

Keywords: Urban agriculture; Agroecology; Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Interações que contribuem para a formulação de conceituações sobre a agricultura urbana.....19
Figuras 2 e 3 – Localização geográfica de horta na área urbana de Presidente Prudente.....49
Figuras 4 e 5 – Localização geográfica da horta na área urbana de Presidente Prudente.....52
Figuras 6 e 7 – Localização geográfica da horta na área urbana de Presidente Prudente.....55

LISTA DE FOTOS

Fotos 1 e 2 – Área de cultivo da horta urbana do bairro Brasil Novo.....49
Fotos 3 e 4 – Local de manejo da horta urbana do bairro São Matheus.....52
Fotos 5 e 6 – Área de entrada para a horta urbana do bairro São Matheus.....55

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização e área urbana do município de Presidente Prudente.....47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Utilização das terras no município de Presidente Prudente, em hectares (%)……...45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGRUPAR – Programa de Agricultura Urbana Participativa
AU – Agricultura Urbana
AUP – Agricultura Urbana e Periurbana
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CIC – Congresso de Iniciação Científica

EGAL – Encontro dos Geógrafos da América Latina

ENG – Encontro Nacional de Geógrafos

EPI – Equipamento de Proteção Individual

EUA – Estados Unidos da América

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FCT/UNESP – Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Estadual Paulista

HUP – Horticultura Urbana e Periurbana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MG – Minas Gerais

OMS – Organização Mundial da Saúde

PANC – Planta Alimentícia Não Convencional

PB - Paraíba

PCS – Projeto Colhendo Sustentabilidade

PIB – Produto Interno Bruto

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

RN – Rio Grande do Norte

RS – Rio Grande do Sul

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA 12

1.1. Trajetória da pesquisa 13

1.2. Objetivos geral e específicos 14

1.3. Procedimentos metodológicos 14

1.4. Estrutura do trabalho 16

2. ABORDAGENS DA AGRICULTURA URBANA, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGROECOLOGIA 17

2.1 Conceituações de agricultura urbana 17

2.2. Agricultura urbana e políticas públicas 21

2.3. Agricultura urbana e agroecologia 25

3. EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA 29

3.1. Lisboa e entorno 29

3.2. Barcelona e entorno 32

3.3. América Latina e Caribe 34

3.3.1. Algumas experiências de agricultura urbana e periurbana no Brasil e Região Metropolitana de São Paulo 38

4. A AGRICULTURA URBANA EM PRESIDENTE PRUDENTE: CONTEXTO MUNICIPAL E EXPERIÊNCIAS DE HORTICULTURA 43

4.1 Contexto municipal de Presidente Prudente 44

4.2. Agricultura urbana em Presidente Prudente: estudo de casos 48

4.2.1. Horta urbana do bairro Brasil Novo 48

4.2.2. Horta urbana do bairro São Matheus 51

4.2.3. Horta urbana do bairro Mário Amato 54

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 57

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 59

APÊNDICES 62

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A agricultura urbana é uma atividade milenar na história da humanidade, porém, essa prática costuma ganhar maior destaque em momentos de crises econômicas, devido à busca de uma renda mais próxima do alcance de pessoas que estão desempregadas ou que visam uma renda extra, além de propiciar a produção de alimentos para as pessoas envolvidas nessa atividade e para os mercados locais.

Além da crise econômica, outro fator que contribuiu para o aumento da importância da agricultura urbana foi o processo acelerado de urbanização em escala global, e que no Brasil foi mais intenso por conta do êxodo rural que se desenvolveu com destaque a partir da segunda metade do século XX. Com essa mudança no cenário social brasileiro, intensificaram-se os problemas nas grandes e médias cidades, como o desemprego, o subemprego e a fome.

A justificativa do tema para este trabalho de graduação incide no fato de que a prática aqui estudada – agricultura urbana – possui capacidade para produzir alimentos saudáveis, gerar renda e ocupação para desempregados e subempregados em meio a uma sociedade majoritariamente urbanizada.

Além disso, a agricultura urbana tem potencial para respeitar e preservar o meio ambiente urbano, proporcionando um contato mais próximo com as características naturais da cidade, como o solo e a vegetação, e com o cultivo de alimentos nos espaços da cidade. Dessa forma, ela também pode promover circuitos curtos de comercialização, pois as hortas, uma das modalidades de agricultura urbana, são cultivadas interagindo com a realidade urbana, não havendo necessidade de longos deslocamentos para comercializar os seus produtos. Nesse sentido, uma das alternativas para o cultivo envolve o aproveitamento de terrenos não edificados em espaços urbanos, contribuindo para a função social da terra, ou nos quintais das residências.

Sendo assim, o presente trabalho pretende responder as seguintes questões: Como a agricultura urbana se caracteriza no município de Presidente Prudente? Qual é o papel das políticas públicas para o seu desenvolvimento? De que forma essa prática contribui para melhorar as condições do meio ambiente da cidade? Essa prática pode estar relacionada com a produção de alimentos saudáveis na cidade?

Considerando a importância da escala municipal, mas sem perder de vista que esta faz parte da totalidade que enseja os processos, foi selecionado o município de Presidente Prudente como recorte territorial da pesquisa.

1.1. Trajetória da pesquisa

O tema da pesquisa deste trabalho – agricultura urbana – foi trabalhado por mim, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Rosangela Hespanhol, desde a aprovação do projeto de pesquisa no edital 2017/2018 de bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), inserido no projeto intitulado 'Políticas públicas, mercados institucionais e agricultura urbana/periurbana' financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (Edital PGPSE n. 042/2014).

Ao final dessa primeira experiência – como bolsista de iniciação científica – cujo título de pesquisa era "A agricultura urbana e periurbana e suas contribuições para a segurança alimentar e nutricional no município de Presidente Prudente – SP", houve a renovação da bolsa por mais um ano (Edital PIBIC/CNPq 2018/2019).

Dessa vez, o título da pesquisa foi "Experiências e práticas da agricultura urbana e periurbana" com o recorte territorial do município de Presidente Prudente. Com o fim dessa segunda experiência, ocorreu a terceira renovação da bolsa (Edital PIBIC/CNPq 2019/2020).

Durante as duas primeiras experiências de iniciação científica, tive a oportunidade de participar e apresentar os resultados da pesquisa em eventos científicos como o XIX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) realizado no mês de julho de 2018 em João Pessoa (PB); o XVII Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL) no mês de abril de 2019 em Quito (Equador); os XXX, XXXI e XXXII Congressos de Iniciação Científica (CIC) realizados em 2018, 2019 e 2020, respectivamente; além do V Seminário Nacional de Integração da Graduação e Pós-Graduação em Geografia, XIX Semana de Geografia, XIV Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia em 2018 realizados em Presidente Prudente (SP).

Além dessas experiências, também tive a oportunidade de publicar um artigo científico na revista GeoAtos, composta por estudantes e professores do curso de

Geografia da FCT-UNESP de Presidente Prudente, intitulado “A agricultura urbana e periurbana no município de Presidente Prudente – SP”.

Durante a terceira experiência na iniciação científica se apresentou o cenário de pandemia a partir de março de 2020, devido à circulação do coronavírus. Esse cenário alterou os planos finais do projeto de pesquisa aprovado no edital em 2019 porque o trabalho de campo em busca de estudos de casos a serem analisados se tornou inviável por conta do perigo da transmissão do vírus e pelas recomendações do governo do Estado de São Paulo e da Organização Mundial da Saúde (OMS) que enfatizaram a necessidade do distanciamento e do isolamento social.

Diante dessa realidade, os estudos desenvolvidos neste trabalho ocorreram em caráter remoto durante o ano de 2020, respeitando todas as recomendações de saúde e segurança, através de revisão das entrevistas realizadas em trabalhos de campo entre os anos de 2018 e 2019, a fim de servirem de base para a coleta de dados e informações, bem como as análises e reflexões para esta pesquisa.

1.2. Objetivos geral e específicos

O objetivo principal deste trabalho foi identificar como as várias formas de agricultura urbana presentes no município de Presidente Prudente se relacionam com as políticas públicas, a preservação da natureza e a alimentação saudável.

Os objetivos específicos desse estudo foram:

a) Averiguar o impacto das políticas públicas na prática da agricultura urbana em Presidente Prudente;

b) Identificar as características de cultivo e manejos na agricultura urbana que contribuem para a preservação da natureza e a alimentação saudável.

1.3. Procedimentos metodológicos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizado inicialmente o levantamento bibliográfico em livros, revistas científicas, trabalhos acadêmicos e em *sites*, a seleção e a leitura do material referente aos seguintes temas:

agricultura urbana; estudos de caso dessa prática na América Latina e Caribe, bem como em Lisboa e Barcelona e suas áreas de entorno; políticas públicas e agroecologia; entre outros, com o propósito de apresentar o embasamento teórico da pesquisa.

Posteriormente, fez-se a coleta e sistematização de dados econômicos, populacionais e agropecuários sobre o município de Presidente Prudente referente ao ano mais recente disponível (2020), com base no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e na Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), a fim de caracterizar a área de estudo.

Para esta pesquisa, foi selecionada a metodologia do estudo de caso sob a ótica de três diferentes casos. De acordo com Yin (2001), essa metodologia se enquadra em nossa estratégia de investigação, porque:

> Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo ‘como’ e ‘por que’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, 2001, p. 19).

Para isso, foi selecionada a estratégia de estudos de casos múltiplos visando analisar e compreender as experiências e práticas da agricultura urbana em Presidente Prudente. Nesse sentido, será seguida a lógica da replicação na abordagem dos estudos de casos, em que:

> Cada caso deve servir a um propósito específico dentro do escopo global da investigação. Aqui, uma percepção importante que se deve ter é considerar casos múltiplos como se consideraria experimentos múltiplos - isto é, seguir a lógica da replicação (YIN, 2001, p. 68).

Sob essa perspectiva metodológica, cabe destacar que a seleção dos estudos de casos para esta pesquisa visou alcançar os objetivos geral e específicos da investigação. A partir deles, foram apresentados os resultados similares ou contraditórios referentes às reflexões teóricas desenvolvidas com base na revisão bibliográfica.

> Qualquer utilização de projetos de casos múltiplos deve seguir uma lógica de replicação, e não de amostragem, e o pesquisador deve escolher cada caso cuidadosamente. Os casos devem funcionar de uma maneira semelhante aos experimentos múltiplos, com resultados similares (replicação literal) ou contraditórios (replicação teórica) previstos explicitamente no princípio da investigação (YIN, 2001, p. 75).

Na sequência, ocorreu a revisão de três (03) entrevistas semiestruturadas realizadas em trabalhos de campo na cidade de Presidente Prudente nos anos de 2018 e

2019 durante a iniciação científica – devido ao cenário de pandemia durante o ano de 2020 – apresentando diferentes experiências e práticas de agricultores urbanos e periurbanos. Em relação ao formato das entrevistas semiestruturadas foram utilizados os roteiros A e B (disponíveis no apêndice deste trabalho).

Em seguida, foi elaborada a sistematização e representação dos dados e das informações de fontes primárias (entrevistas). Logo depois, fez-se a análise dos dados e das informações coletadas em fontes primária e secundária com base nas reflexões teóricas realizadas a partir da revisão bibliográfica.

1.4. Estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado em três (3) partes, além desta introdução, das considerações finais, referências bibliográficas e apêndices. No capítulo dois (2) são apresentadas as abordagens da agricultura urbana e periurbana, políticas públicas e agroecologia. Nele, buscou-se explanar as conceituações e características relacionadas ao tema da pesquisa, servindo como base teórica.

No capítulo três (3) são expostas as experiências de agricultura urbana e periurbana na Europa, particularmente em Lisboa e Barcelona e seus arredores; na América Latina e Caribe; e no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo, através de estudos de casos analisados. Esse capítulo está subdividido em três (3) itens, sendo que no primeiro foram analisadas as experiências no continente europeu, especificamente nas cidades de Lisboa e Barcelona e seus entornos; posteriormente, na América Latina e Caribe; e ao final, apresentou-se estudos de casos realizados no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo.

No capítulo quatro (4) apresenta-se a caracterização da área de estudo, além dos resultados e discussões da pesquisa. O primeiro item aborda o contexto municipal de Presidente Prudente através de dados econômicos, populacionais e agropecuários por meio de mapa, gráfico, dados estatísticos do IBGE e da Fundação SEADE e considerações sobre a expansão territorial da malha urbana do município. Nos itens seguintes ocorreram as análises do estudo de casos realizados no município de Presidente Prudente, como resultado dos trabalhos de campo.

2. ABORDAGENS DA AGRICULTURA URBANA, POLÍTICAS PÚBLICAS E AGROECOLOGIA

2.1 Conceituações de agricultura urbana

A agricultura urbana é uma atividade realizada pelos habitantes das cidades desde os primórdios dos núcleos urbanos, sendo uma prática que busca, principalmente, a produção de alimentos para a população envolvida e para aqueles que residem nas proximidades (PEREIRA, 2020).

Na tentativa para conceituar a agricultura urbana, segundo Mougeot (2000), destaca-se o aspecto que a torna diferente da agricultura rural, pois "é justamente por que ela está integrada no sistema econômico e ecológico urbano". O autor também menciona que esse fenômeno é estimulado, principalmente, pela pobreza urbana e insegurança alimentar (MOUGEOT, 2000). Quanto à definição dessa prática, ele conclui que:

> [...] a agricultura urbana é a praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópolis), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (MOUGEOT, 2000, online).

Para Roese (2003), existem outros aspectos que podem contribuir para pontuar as diferenças entre a agricultura rural e a urbana, podendo ser:

> [...] a área disponível para o cultivo é muito restrita na agricultura urbana. Além disso, há escassez de conhecimentos técnicos por parte dos agentes/produtores diretamente envolvidos; frequentemente não há possibilidade de dedicação exclusiva à atividade; a atividade destina-se, normalmente, para utilização ou consumo próprio, há grande diversidade de cultivos; e a finalidade da atividade é distinta, pois normalmente não é requisito para a agricultura urbana a obtenção de lucro (ROESE, 2003, p. 1).

Embora a prática da agricultura urbana ocorra desde as primeiras formações de núcleos urbanos registrados pela humanidade, essa ganhou relevância através do intenso processo de urbanização e industrialização ocorrido nos países do sistema capitalista, especialmente durante o século XX. No Brasil e em outros países da América Latina, os processos de urbanização e industrialização desencadearam o aumento das desigualdades

sociais, principalmente com a formação de áreas urbanas periféricas e, consequentemente, gerando o crescimento da pobreza e da insegurança alimentar (PINHEIRO; FERRARETO, 2011).

Além destes aspectos que contribuem para o seu surgimento e expansão, a agricultura urbana é caracterizada a partir de diversas interações com a sociedade e a natureza, as quais são elencadas por Nagib (2016) e apresentadas na Figura 1.

Figura 1 – Interações que contribuem para a formulação de conceituações sobre a agricultura urbana

Fonte: NAGIB, 2016.

Adaptado por Lucas Araújo Miranda (2019)

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), responsável por financiar iniciativas de agricultura urbana e periurbana nos países considerados subdesenvolvidos, destaca a modalidade de horticultura para conceituar a prática. Segundo a instituição, “a horticultura urbana e periurbana (HUP) é o cultivo de uma grande variedade de lavouras, como frutas, hortaliças, raízes, tubérculos e plantas ornamentais, nas cidades e zonas circundantes” (FAO, 2012, online).

Diante dessa conceituação, deve-se levar em consideração a dinamicidade da agricultura urbana, pois ela é composta por diferentes modalidades, e no caso da FAO é enfatizada a modalidade hortícola. Essa modalidade é uma das mais comuns de serem

encontradas em casos de agricultura urbana, sendo indicado como o principal motivo o fato de que:

> Embora a população urbana pobre, em particular os que chegam das zonas rurais, pratique a horticultura há muito tempo como meio de subsistência e estratégia de sobrevivência, em muitos países este setor é em grande parte informal, usualmente precário e às vezes ilegal (FAO, 2012, online).

Já Locatel e Azevedo (2010) buscam conceituar a agricultura urbana a partir de uma junção de elementos mencionados com frequência para discutir as características dessa prática. Segundo os autores,

> [...] usualmente, as definições de agricultura urbana estão apoiadas no tipo de atividade econômica (processo produtivo), no tipo de produto, na localização, no tipo de área, no destino dos produtos e no sistema e escala de produção. Com base nesses elementos, a agricultura urbana pode ser definida como uma atividade realizada em pequenas áreas dentro de uma cidade ou em seu entorno (periurbano) e destinada à produção para a utilização e consumo próprio ou para a venda em pequena escala, em mercados locais (LOCATEL; AZEVEDO, 2010, online).

Na sequência do raciocínio, os autores complementam destacando que os elementos frequentemente discutidos na agricultura urbana são insuficientes para se chegar a uma definição sobre essa prática. Além de mencionarem o caráter lucrativo que essa atividade possui – ao contrário da definição de Roese (2003) – considerando que agricultoras e agricultores urbanos, muitas vezes, dependem exclusivamente da comercialização do seu cultivo para sobreviver na cidade. Dessa forma,

> Todos esses elementos utilizados para a definição da agricultura urbana – com exceção da localização – podem ser aplicados à agricultura rural. No entanto, não são suficientes para definir tal atividade e justificar a necessidade de conhecimentos, políticas públicas e *know-how* específicos. Ainda sobre o argumento, de que não é requisito a obtenção de lucro na agricultura urbana, pode ser relativizado, pois praticamente em todas as cidades brasileiras existem muitos produtores de hortaliças os quais produzem em terrenos urbanos, se dedicam, exclusivamente, a essa atividade e têm como finalidade a obtenção de lucro (LOCATEL; AZEVEDO, 2010, online).

Chegando a uma síntese sobre a conceituação dessa atividade, Locatel e Azevedo (2010) concluem que:

> [...] a agricultura urbana pode ser definida como a prática agrícola dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) de centros urbanos, sejam eles pequenas localidades (vilas), cidades ou metrópoles onde se cultiva ou cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios ou não, (re)utilizando os recursos humanos e materiais, produtos e serviços que se encontram em e no entorno dessa zona e, em contrapartida, oferece recursos humanos e materiais, produtos e

> serviços para essa mesma área urbana (LOCATEL; AZEVEDO, 2010, online).

Portanto, para conceituar a prática da agricultura urbana deve ser levada em consideração a produção de alimentos na escala local, sendo essa uma atividade para a geração de renda na cidade para quem a pratica por meio da comercialização da produção, além de economizar gastos com alimentação através do autoconsumo do que foi cultivado.

Considerando a dinamicidade dessa prática, ela também pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida, gerando a promoção da saúde física e mental por meio da aproximação com a natureza e o contato com a terra, podendo ser definida, assim, como uma atividade recreativa e ecológica com fins terapêuticos para o ser humano (NAGIB, 2016).

Por fim, um dos elementos fundamentais que compõem a agricultura urbana envolve o aproveitamento de resíduos urbanos não utilizados, diminuindo, assim, a proliferação de vetores; a ocupação produtiva de terrenos não edificados; e, a inserção de espaços verdes no contexto de um ambiente majoritariamente urbanizado, favorecendo a diminuição do número de alagamentos e enchentes devido à maior permeabilidade do solo nos territórios da cidade, além de contribuir para regulação do clima local, gerando a diminuição dos efeitos das "ilhas de calor"[1]. Dessa forma, pode ser definida como uma atividade ambiental que favorece a restauração e o equilíbrio do ecossistema urbano (ROESE, 2003).

Entretanto, para favorecer a agricultura urbana e sua expansão em condições adequadas, é necessária a presença do Estado, nas suas diferentes escalas, por meio da criação de políticas públicas direcionadas ao apoio a essas atividades realizadas, em sua maioria, de maneira informal.

2.2. Agricultura urbana e políticas públicas

A política pública é um elemento importante ao se discutir a prática da agricultura urbana, porque pode servir como uma ação de estímulo e auxílio para as pessoas

[1] A ilha de calor é um fenômeno geográfico presente estritamente nos espaços urbanos. Ele acontece devido a quantidade de edificações construídas e aglomeradas nesses espaços, além da substituição da coberta natural da superfície por asfalto e concreto. A consequência desses fatores resulta na alteração do micro-clima desses espaços urbanos, gerando o aumento da temperatura nesses ambientes.

envolvidas com essas atividades – cultivo, criação de pequenos animais, processamento etc. Porém, ela é uma ação que começou a ser estudada recentemente em comparação com o histórico milenar da agricultura urbana, pois

> [...] a Política Pública enquanto área de conhecimento acadêmica, primeiramente ligada a uma subárea da Ciência Política e após como uma disciplina multidisciplinar, teve suas origens nos Estados Unidos da América - EUA (primeira metade do século XX). Procurar entender e formular teoricamente questões científicas envolvendo o tema, assim como compreender as razões pelas quais os governos escolhem determinadas ações para executar medidas empíricas, esteve presente na área desde seus primórdios (AGUM; MENEZES; RISCADO, 2015, p. 14).

Essa ferramenta que pode trazer benefícios para a agricultura urbana depende de um fator: as prioridades políticas de um governo eleito democraticamente. Entretanto, se houver a organização e a reivindicação popular de grupos interessados na prática da agricultura urbana, pode se tornar uma prioridade do governo caso seja compreendido que essa atividade tem como finalidade a resolução de um problema público da cidade. Nesse sentido,

> [...] apontar a política pública como uma diretriz de enfrentamento de um problema, nem sempre transforma uma questão em um problema. Para que isso ocorra é necessária uma conjunção de fatores. As construções sociais em torno de um tema ou assunto poderão, necessariamente, pautar a entrada da discussão na agenda (AGUM; MENEZES; RISCADO, 2015, p. 16).

A fome e a insegurança alimentar e nutricional da população urbana são problemas públicos, além da questão da qualidade dos alimentos que essas pessoas consomem. Essa realidade se agrava em capitais, regiões metropolitanas e bairros periféricos por serem áreas que, historicamente, concentram populações carentes e vulneráveis economicamente. A ausência de organização coletiva e informações para reivindicar o direito ao emprego, a renda e a alimentação saudável, gera o cenário em que:

> [...] esse problema pode estar presente na sociedade, mas ela já aprendeu a conviver com ele; isso não significa que ele seja menos ou mais importante, apenas que a familiarização é absorvida pela sociedade e ele se dilui, no entanto continuando presente (AGUM; MENEZES; RISCADO, 2015, p. 25).

Diante dessa ausência de organização popular, os grupos que compõem a elite econômica se apropriam das decisões políticas e ganham espaço para colocar em prática os seus interesses econômicos e sociais, pois, “assim sendo, o Estado e suas políticas

públicas acabam por reproduzir o interesse pertencente ao capital" (AGUM; MENEZES; RISCADO, 2015, p. 39).

Em contraposição, a presença da organização popular possui um papel relevante para o avanço das soluções dos problemas da cidade. Levando em consideração que esses grupos organizados carregam demandas e reivindicações das populações mais vulneráveis no ambiente urbano, eles tornam-se capazes de alterar as estratégias e interesses dominantes da elite econômica e social. Assim,

> [...] apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. Trata-se inicialmente de desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual. (LEFEBVRE, 1968, p. 113).

Sendo assim, é necessário romper com a desigualdade social presente na sociedade urbanizada e buscar novas alternativas nas decisões políticas que priorizem o bem-estar social de toda a população. Para que isso aconteça, é fundamental que ocorra maior participação democrática por meio da atuação política entre as pessoas organizadas que reivindicam direitos sociais. Nesse sentido, uma ampla renovação se apresenta como estratégia urbana para enfrentar a realidade presente, em que

> Em si mesma *reformista*, a estratégia de renovação urbana se torna 'necessariamente' revolucionária, não pela força das coisas mas contra as coisas estabelecidas. A estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante. Ela não age por si mesma (LEFEBVRE, 1968, p. 113).

Ao apontar a ausência de informação entre a população para reivindicar direitos e conquistar espaço na agenda política, cabe destacar o papel da mídia como o principal meio de comunicação para informar a sociedade. A mídia possui o poder de influenciar a opinião popular. Essa influência pode resultar em intervenções nas ações públicas a partir das reivindicações populares. Diante desse cenário, destaca-se que

> O poder da mídia está no fato de fazer circular ideias e mesmo canalizar a atenção aos fatos, mas observa-se que isso é diferente de influenciar na formação da agenda. A ação relevante dos meios de comunicação é a amplificar discussões, influenciar a opinião e focalizar fatos importantes para o estabelecimento da ação (AGUM; MENEZES; RISCADO, 2015, p. 39).

Simultaneamente, torna-se importante compreender o caráter abrangente da agricultura urbana, levando em consideração que a alimentação saudável é uma questão

que envolve todas as classes sociais. Nesse sentido, O'reilly (2014) destaca que esse fenômeno está inserido na realidade de toda a população, considerando que

> [...] a questão da produção de alimentos nas cidades não deve se restringir apenas à políticas públicas voltadas para as comunidades mais carentes, uma vez que acesso a alimentos saudáveis é um problema de toda a sociedade (O'REILLY, 2014, p. 65).

Entre as políticas públicas voltadas para a agricultura urbana, o Governo Federal brasileiro criou, em 2018, o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana através do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS, 2018)[2]. O programa começou a ser desenvolvido no mês de março, do mesmo ano citado, com prioridade para a implementação das ações nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, além do Distrito Federal (MDS, 2018).

Os recursos disponibilizados poderiam ser utilizados na compra de sementes e equipamentos para a organização de hortas comunitárias. Além disso, o programa potencializava as ações de segurança alimentar e nutricional e incentivava a utilização de tecnologias agroecológicas, segundo informações disponíveis no site do extinto Ministério.

No *site* do Governo Federal também era mencionado que "a formalização de parcerias para promover a agricultura urbana com enfoque na agricultura orgânica sustentável, comunitária e doméstica, são metas do programa" (MDS, 2018)[3].

Tratando desse tema, O'reilly (2014) afirma que:

> [...] para garantir o sucesso, a sustentabilidade e a disseminação das práticas de Agricultura Urbana no Brasil, é importante a criação de um marco legal que institucionalize tais ações, garantindo acima de tudo, identidade ao agricultor urbano, para que este tenha acesso a crédito, terra, financiamento, insumos, bem como a outras políticas já promovidas pelo Governo Federal. Além disso, é necessária a sistematização das experiências de agricultura urbana que ocorrem, de modo a diagnosticar o contexto que se encontra a atividade no município e fortalecer o cenário da produção de alimentos nas cidades (O'REILLY, 2014, p. 33).

---

[2] Cabe destacar que o Ministério de Desenvolvimento Social foi extinto pelo governo eleito nas eleições de Outubro de 2018, sendo incorporado ao Ministério da Cidadania, como uma secretaria especial.

[3] O contexto durante a criação deste programa era composto por um Governo Federal ainda, minimamente, comprometido com programas sociais. A partir de 2019, com a troca de governo em decorrência das eleições de Outubro de 2018, houve uma alteração radical nesse compromisso com a entrada de um governo ultraneoliberal que resultou em cortes massivos em programas sociais como deste tipo.

O caráter da política pública pode trazer diversos benefícios para as pessoas interessadas pela prática da agricultura urbana e periurbana. Para que isso ocorra é necessário um conjunto de fatores, pois a sua execução é fruto da organização e reivindicações da população, sendo assim uma construção social.

Entretanto, Lefebvre destaca em seu livro que essa relação direta com a natureza nos espaços da cidade organizada institucionalmente por meio do Estado através de políticas públicas resulta em uma mercantilização desse espaço. Para o autor, essa ação do Estado pode gerar um valor de mercado para a natureza presente nas cidades em que:

> Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa 'naturalidade' da qual as pessoas se ocupam a fim de traficá-la e trafegar por ela (LEFEBVRE, 1968, p. 117).

O referido autor também menciona que as reivindicações da população urbana pelo direito à natureza refletem os problemas públicos da cidade e as dificuldades das pessoas em viver distante do contato com a natureza. Sendo assim,

> A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade. Esta última reivindicação se anuncia indiretamente, como tendência de fugir à cidade deteriorada e não renovada, à vida urbana alienada antes de existir 'realmente' (LEFEBVRE, 1968, p. 117).

Contudo, nota-se que a realidade urbana está envolvida em diversos problemas ambientais, econômicos e sociais. O Estado, enquanto agente público, possui o dever de atender as demandas da população e buscar as melhores estratégias para solucionar os problemas públicos. Diante dessa situação, a relação cidade-campo e o estímulo dos valores rurais nos espaços urbanos por meio da prática da agricultura urbana pode se apresentar como uma alternativa eficaz para as pessoas que vivem nas cidades.

Entre os deveres do Estado com a sociedade, o direito à alimentação saudável e à promoção da saúde e bem-estar social devem ser enfatizados como compromissos fundamentais do poder púbico. Nesse sentido, a prática da agroecologia se apresenta como uma alternativa relevante para que esses deveres sejam cumpridos.

2.3. Agricultura urbana e agroecologia

A agroecologia é uma abordagem em que são descritas características de um sistema de produção agrícola baseado na valorização da saúde humana e na preservação

da natureza local. Os sujeitos protagonistas da agroecologia são os camponeses que, em muitos casos, estão organizados em movimentos sociais, coletivos ou associações, sendo esses vínculos sociais a principal forma de compartilhamento do conhecimento agroecológico entre agricultores. Portanto,

> [...] a agroecologia é entendida como uma nova abordagem da agricultura, uma base científica que integra diversos aspectos agronômicos, ecológicos e socioeconômicos para a produção de alimentos, capaz de realizar a crítica da agricultura convencional e orientar o correto redesenho e manejo dos agroecossistemas em busca da autossustentabilidade (MARCOS, 2007, p. 184).

Entretanto, a agroecologia pode ser inserida como resistência no contexto agrícola contemporâneo em que o modelo da agricultura moderna, baseado na utilização de agrotóxicos, foi privilegiado na economia nacional por meio de investimentos e financiamentos do Estado brasileiro. Assim,

> [...] isso representa para nós, o que é um modelo de agricultura, baseado na capitalização da alimentação, na *commoditização* da agricultura e na produção de culturas químico-dependentes. Sendo assim, para nós a agroecologia é pensada como contra modelo, já que está em outro plano ideológico. Trata-se de um conjunto de princípios norteadores para a soberania dos povos, no que tange à prática da agricultura e os regimes alimentares (RABELLO, 2018, p. 74).

Partindo desse princípio de oposição ao modelo de agricultura que domina a economia brasileira, a agroecologia surge como uma alternativa que vai além do cultivo agrícola, destacando fatores como o direito ao acesso à terra, a valorização dos saberes locais e tradicionais, o conhecimento científico, a igualdade de gênero, o fim da exploração do trabalho e a soberania alimentar. Para Rabello (2018),

> [...] é nesse sentido, portanto, que a defesa da agroecologia está voltada para superação da ideia de mercantilização da alimentação. A agroecologia está pensada para além de mudança no padrão técnico de produção de alimentos, ela se desdobra em princípios que estão fundamentados no manejo da terra, sendo encontrada no processo de produção do alimento, que vai desde a forma de posse da terra até a destinação/consumo deste alimento, sendo, portanto, a técnica de produção um dos componentes deste processo (RABELLO, 2018, p. 66-67).

Ainda diante do cenário atual, cabe destacar o papel da agricultura moderna no Brasil, divulgada nos meios de comunicação como “agronegócio”, por meio das suas características e formas de atuação na agricultura brasileira em que:

> [...] ao analisar a estrutura produtiva que domina as formas de uso e exploração da terra veremos que ela está fundada no desenvolvimento da monocultura, principalmente para fins de produção de commodities.

> Este modelo produtivo está pautado na produção em larga escala, voltado para o atendimento de demandas, sobretudo do mercado externo. Para atender esta demanda há todo um rearranjo na estrutura de produção de mercadorias, que passa a ser baseada na modificação genética dos organismos, substituição do trabalho manual por máquinas, utilização massiva de agrotóxicos, tanto para controle de pragas quanto para fertilização. Em síntese, exploração irracional e esgotamento dos recursos naturais são expressões da destrutividade desse processo (RABELLO, 2018, p. 41-42).

Outro elemento importante para ser destacado está relacionado com o fato da agroecologia ser praticada majoritariamente no campo. Porém, já existe uma diversidade de experiências sendo desenvolvidas nas cidades brasileiras, uma vez que

> [...] a agroecologia não se limita ao espaço rural e tem sido aplicada também nos espaços urbanos, como no caso da agricultura urbana agroecológica, desenvolvida por meio de projetos em regiões metropolitanas de diversos estados do país (RIBEIRO, 2013, p. 58).

A agricultura urbana possui, majoritariamente, um papel importante para a preservação da natureza e o respeito ao meio ambiente, por meio da valorização do contato com as características naturais e ecológicas da cidade. Entre as diferentes modalidades da agricultura urbana, destacam-se as experiências das hortas na cidade em que há a preocupação ambiental das pessoas envolvidas com o cultivo.

Sendo assim, comumente encontram-se casos em que a prática da agricultura urbana busca produzir alimentos sem a utilização de agrotóxicos e respeitando o ciclo natural do meio ambiente – clima, solo, vegetação e relevo – no cultivo dos produtos da horta. Nesse sentido,

> [...] a relação entre agricultura urbana e agroecologia parte do entendimento de que ao se fomentar as iniciativas de agricultura urbana elas devem estar embasadas no compromisso com a qualidade de vida de quem produz e de quem consome, sem riscos à saúde humana, com o objetivo de minimizar os impactos ambientais (VINHOLI, 2011, p. 35).

Conforme os resultados obtidos nas experiências da pesquisa de Ribeiro (2013) que enfocou a agricultura urbana agroecológica sob o olhar da promoção da saúde no município de Embu das Artes (SP), puderam ser evidenciadas as potencialidades da agroecologia para contribuir no desenvolvimento da agricultura urbana, pois, segundo a autora,

> [...] a agricultura urbana agroecológica pode ser considerada uma ferramenta promotora de saúde, pois contribui para que o indivíduo se reconheça como parte do meio ambiente, além da integração com o meio social, elevando sua autoestima, estimulando o protagonismo

> social, a participação cidadã e a aquisição de habilidades pessoais e coletivas (RIBEIRO, 2013, p. 208).

O sistema agroecológico se apresenta como um caminho possível em oposição à agricultura moderna, pois, "todas essas características fazem da agroecologia, mais que uma alternativa, uma necessidade para a agricultura do futuro" (MARCOS, 2007, p. 192).

A experiência cubana em agricultura urbana contribui consideravelmente nesse sentido, por meio do manejo agroecológico, no qual

> [...] en la producción no incluyen los paquetes tecnológicos de la Revolución Verde, practican una agricultura limpia sin empleo de pesticidas ni de fertilizantes químicos y los arados de los terrenos lo realizan con la tracción de bueyes. [...] Para el control de plagas y enfermedades los cultivadores recurren a prácticas como la alelopatía, adecuadas preparaciones de sustratos, cortinas rompevientos, trampas de diferentes colores, evitar humedades, preparación de infusiones y extractos de algunos vegetales (tienen conocimiento de más de 200 plantas con efectos fungicidas, plaguicidas y acaricidas). (RODRIGUEZ, 2014, p. 25)

A importância da agroecologia para a produção de alimentos surge em virtude do cenário contemporâneo da agricultura moderna, em que se destaca a utilização de diversos agrotóxicos e fertilizantes químicos nas lavouras para a produção em larga escala. Em meio a essa realidade, cabe mencionar que entre

> [...] os produtos químicos, um dos mais utilizados pelo agronegócio, até 2015, era o glifosato – campeão mundial de vendas e um dos principais herbicidas presentes em produtos comercializados, por exemplo, pela empresa estadunidense Monsanto, uma das maiores multinacionais do setor agrícola – que, segundo a Organização Mundial da Saúde (2015), é uma substância potencialmente causadora de câncer (NAGIB, 2016, p. 80).

A partir dessa conjuntura agrícola nacional, deve ser enfatizada a necessidade da mudança do sistema produtivo dos alimentos para a sociedade brasileira. O modelo agrícola predominante se desenvolve com base na exploração capitalista da terra e da força de trabalho, buscando atender as demandas econômicas do mercado nacional, e, principalmente, o internacional (RABELLO, 2018).

Existe uma diferença fundamental entre a agroecologia e a agricultura urbana: enquanto a agroecologia é praticada e estimulada, comumente, por pessoas inseridas em movimentos sociais, coletivos e associações; a atividade da agricultura urbana, frequentemente, ocorre por iniciativas locais e individuais, mas que também podem ser comunitárias ou coletivas.

Assim, podem existir casos de agricultura urbana em que a pessoa envolvida com a prática não possui ligação com nenhum grupo social e acaba por aderir ao uso de agrotóxicos no cultivo. Essa situação é uma hipótese válida para essa atividade e pode acarretar em malefícios para a vida humana, pois

> Os efeitos de uma má alimentação são, por conseguinte, muito mais profundos e mais amplos do que se pensava. Influem na duração e na qualidade da própria vida, na capacidade de trabalho, no estado psicológico das populações (CASTRO. 1961, p. 5).

Dessa forma, ressalta-se a importância do compartilhamento de conhecimentos e experiências para despertar nas pessoas interessadas em cultivar alimentos os riscos que os agrotóxicos podem oferecer à saúde humana e ao meio ambiente.

A agroecologia pode ser encontrada nas práticas de agricultura urbana e periurbana localizadas em diferentes países e continentes que apresentam características sociais e econômicas contrastantes. Diante desse aspecto, serão apresentadas as experiências de agricultura urbana e periurbana na região de Lisboa, em Portugal, na região da Catalunha, na Espanha; na América Latina e Caribe; e no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo buscando compreender como se dá a dinâmica da agricultura urbana e periurbana nesses locais.

3. EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA

Este capítulo buscou apresentar e contextualizar experiências de agricultura urbana e periurbana realizadas em diferentes países pelo mundo, enfatizando as características de cada realidade em que ocorreram. Na Europa, destacou-se neste capítulo as experiências em Lisboa e Barcelona e as suas áreas de entorno. Na América Latina e Caribe, as experiências trabalhadas neste capítulo ocorreram em Havana, Quito, entre outras cidades, além do Brasil, com a experiência do Rio Grande do Norte e São Paulo.

3.1. Lisboa e entorno

As experiências descritas em Lisboa e entorno partem dos estudos de Hespanhol (2019). A prática da agricultura urbana e periurbana na Europa é antiga e apesar da riqueza histórica dos países europeus, atualmente Portugal, e consequentemente a capital Lisboa e seu entorno, está passando por uma crise social e econômica, acarretando no aumento da pobreza e do desemprego no país, conforme discorre Hespanhol (2019). Diante desse cenário, a agricultura urbana surge como uma alternativa mitigadora em que,

> [...] no contexto europeu, a agricultura urbana não é um fenômeno recente, tendo sido praticada em vários países, com objetivos diversos e a partir de diferentes interesses. No entanto, a importância da agricultura urbana tem se ampliado nos últimos anos. No caso de Portugal, a crise econômica provocou o aumento do desemprego e a deterioração das condições de vida nas cidades, sobretudo de parcela da população economicamente mais vulnerável (desempregados, aposentados, imigrantes etc.), o que redundou numa forte expansão da prática da agricultura urbana em terrenos públicos e privados. Em virtude dessa expansão espontânea da agricultura urbana, especialmente das hortas urbanas, em áreas públicas sem edificações, que o poder público municipal (no caso português, as Câmaras Municipais) de várias localidades criaram legislação específica para normatizar o uso do território para o cultivo urbano, bem como selecionar novos interessados nessa prática (HESPANHOL, 2019, online).

Em Lisboa e nos municípios em seu entorno, as experiências de agricultura urbana e periurbana ganharam destaque por conta das consequências mais graves da crise social e econômica em relação ao resto do país. Nota-se que essa prática se desenvolveu entre a população portuguesa mais vulnerável, sobretudo para os imigrantes de países africanos com histórico colonial com Portugal e que migraram buscando uma forma de gerar renda e alimentação em meio à crise. Diante disso,

> [...] para as pessoas que não têm condições de deixarem o país, seja em virtude da situação econômica precária, da idade avançada ou mesmo pela constituição de família; que se encontram desempregadas; aposentadas; ou que tiveram seus salários reduzidos, as hortas urbanas surgiram como uma forma alternativa de acesso à alimentação, de ocupação da mão de obra, de obtenção de pequenos rendimentos proporcionados pela comercialização dos produtos excedentes, de retorno às suas origens rurais, de maior proximidade com a Natureza, de possibilidade de socialização, de aprendizado, de lazer etc. (HESPANHOL, 2019, online).

Entretanto, existem casos portugueses em que a prática da agricultura urbana e periurbana envolve o interesse pelo lazer, o contato com a natureza e com novas pessoas proporcionando experiências renovadoras por meio do cultivo agrícola na cidade. Nesse aspecto,

> Para os demais praticantes (jovens, adultos, idosos etc.), de classes sociais mais abastadas, o cultivo de hortas pode ser apreendido como uma forma de lazer, de interação social, de maior contato com a natureza ou a simples produção própria de gêneros alimentícios para o autoconsumo, como se constatou em Lisboa, no Campolide; em Cascais, no bairro do Loule e em Seixal, na Rua Sarmento Pimentel (HESPANHOL, 2019, online).

Houve, assim, experiências estimuladas por instituições e pelo poder público de alguns municípios portugueses, proporcionando melhores condições para as pessoas envolvidas com a prática. Dessa forma,

> Outro aspecto relevante constatado na pesquisa de campo foi o estabelecimento de parcerias entre as Câmaras Municipais e instituições diversas, com o objetivo de ministrar cursos e prestar assessoria técnica às pessoas que praticam a agricultura urbana (HESPANHOL, 2019, online).

Porém, a maior parte das experiências de agricultura urbana e periurbana em Lisboa e nos municípios próximos se desenvolveram sem o apoio de instituições ou do Estado, havendo participação apenas de iniciativas locais e individuais. Sendo assim, o alcance das políticas públicas nessa região se apresentou de maneira insuficiente para as pessoas envolvidas com essa atividade, de tal forma que

> Apesar dessas iniciativas institucionalizadas da administração de Lisboa e de outras municipalidades, a maior parte das hortas cultivadas em Portugal era de iniciativa local, individual ou coletiva, e sem muitas regras ou normas para a utilização das áreas, sobretudo aquelas realizadas em bairros sociais ou nas suas proximidades, por imigrantes, aposentados ou desempregados (HESPANHOL, 2019, online).

Diante dessa realidade, surgem muitos desafios para as pessoas inseridas nesta atividade, o que acaba gerando demandas para as ações das políticas públicas implementadas pelos municípios portugueses. Nesse sentido, a partir das entrevistas notou-se que

> [...] as principais demandas dos agricultores urbanos estão relacionadas as necessidades de infraestrutura de acesso à água, de assistência técnica, de cursos de formação e de segurança em virtude dos frequentes furtos de produtos e ferramentas (HESPANHOL, 2019, online).

Portanto, revela-se a importância da prática da agricultura urbana e periurbana para as pessoas desempregadas e que estão buscando uma alternativa de renda em Lisboa e nos municípios em seu entorno. Diante da crise econômica e social vivida pelo país, essa atividade passou a ser formalizada e trabalhada a partir de políticas públicas municipais.

Ao mesmo tempo, essas políticas públicas não atendem todas as demandas das pessoas inseridas na agricultura urbana e periurbana, não contemplando, assim, todas as

hortas presentes nos municípios. Entre essas hortas espontâneas[4], destacam-se as atividades voltadas para o lazer e contato com a natureza entre a população local.

Por fim, nota-se que há uma preocupação da população com a qualidade dos alimentos produzidos e a necessidade para promover uma alimentação saudável por meio do cultivo das hortas urbanas e periurbanas no referido local ou no caso apresentado.

3.2. Barcelona e entorno

Na Espanha, por sua vez, as experiências de agricultura urbana analisadas neste trabalho, a partir dos estudos de Alió; Azevedo e Perxacs (2020), voltam-se para a região da Catalunha, na capital Barcelona e em seu entorno. Essa região espanhola se destaca pela quantidade de indústrias e o crescimento populacional a partir do investimento em infraestrutura nas últimas décadas. Como destacado por Alió, Azevedo e Perxacs (2020),

> [...] a Catalunha, localizada no nordeste da Península Ibérica, sofreu um processo de urbanização significativo desde as décadas de 1960 e 1970, devido à crescente demanda residencial e à construção de infraestruturas de mobilidade, especialmente na capital Barcelona. [...] Isso teve um impacto direto nos campos ao redor das cidades que sofreram com a expansão urbana, reduzindo o espaço para a agricultura (ALIÓ; AZEVEDO; PERXACS, 2020, p. 3).

Os autores enfatizam o caráter da expansão urbana nas grandes cidades, como em Barcelona, alterando as relações cidade-campo no sentido de que os valores rurais são eliminados por conta da crescente demanda residencial urbana, resultando em um prejuízo para as pessoas que optam por viver no campo. A partir dessa realidade, pode ser observada a diferença entre a agricultura urbana e periurbana. Conforme os autores,

> [...] observando o papel da agricultura nas grandes cidades, devemos destacar a diferença existente entre as áreas periurbanas, onde a agricultura é principalmente orientada para o mercado com presença de agricultores profissionais e as áreas urbanas, onde a agricultura geralmente se concentra no autoconsumo, com fins recreativos ou sociais. Em Barcelona, uma cidade com elevada densidade da AUP no âmbito da Europa, esse modelo é evidente. Barcelona, como muitas cidades, estava cercada por terras agrícolas que pouco a pouco desapareceram dando lugar ao concreto (ALIÓ; AZEVEDO; PERXACS, 2020, p. 4).

Em Barcelona, houve o interesse por parte dos agentes públicos em promover a prática da agricultura urbana entre a população, gerando a melhora da qualidade de vida

[4] As hortas espontâneas são caracterizadas pela sua origem marcada pela ausência de planejamento ou iniciativa institucional do poder público, sendo comumente originada por iniciativas individuais conforme as condições locais.

por meio de uma alternativa para lazer e a produção de alimentos saudáveis para seus habitantes, pois, de acordo com os autores,

> [...] em contraste com a perda da agricultura profissional, a agricultura urbana se difunde com diferentes hortas espalhadas por Barcelona, que são basicamente dedicadas ao autoconsumo. Em 2019, a cidade de Barcelona contava com 119 projetos de hortas urbanas (municipais, comunitários, sociais ou privados). Em 1997, a Câmara Municipal de Barcelona lançou a Rede de Hortas Urbanas, destinada a cidadãos com mais de 65 anos. A produção segue os princípios da agricultura orgânica. O objetivo dessa ação foi melhorar os aspectos sociais e ambientais, melhorar a vida das pessoas que cultivam alimentos, promover a produção de alimentos frescos locais e aumentar os espaços verdes da cidade (ALIÓ; AZEVEDO; PERXACS, 2020, p. 5).

Como mencionado no item referente às políticas públicas, faz-se aqui ligação com a questão dos grupos sociais organizados dispostos a enfrentar os interesses das elites econômicas, pois

> [...] nesse contexto, o fenômeno da AUP constitui um conjunto de territorialidades de resistência e resiliência, que remontam à própria gênese das cidades. Possui uma dimensão concreta, disposta no território, capaz de produzir e reproduzir espaços nas cidades de todo o mundo, articulando e engendrando circuitos econômicos que garantem o suprimento de alimentos e a reprodução social de vários indivíduos e grupos sociais. Esse fenômeno também apresenta uma dimensão abstrata e imaterial, baseada na subjetividade e em uma série de relações no território, estabelecidas com outros atores sociais (ALIÓ; AZEVEDO; PERXACS, 2020, p. 11).

Na sequência, são mencionadas as experiências da Catalunha:

> No caso da Catalunha, a resistência territorial da AUP pode ser percebida na extensa área do Parque Agrário Baix Llobregat ou do Parque Rural Gallecs, onde foi possível "proteger" terras agrícolas, embora estas ainda enfrentem diferentes pressões urbanas que impactam a atividade agrícola. Mesmo que a AUP tenha sido reduzida nas áreas urbanas, especialmente na cidade de Barcelona e área metropolitana, há uma difusão desse tipo de agricultura, cuja ênfase está ligada principalmente às práticas de agricultura social. Tais práticas aumentam e difundem a multifuncionalidade da AUP (ALIÓ; AZEVEDO; PERXACS, 2020, p. 13).

Outro ponto de ligação deste trabalho com as experiências espanholas envolve o item da agroecologia, pois em alguns casos na região da Catalunha houve diversas iniciativas dessa prática no cultivo da agricultura urbana. Ao mesmo tempo, também possui ligação com o caráter territorial de resistência, pelo fato de ser um modelo agrícola alternativo ao das elites econômicas que investem nesse setor da economia. Nesse sentido,

> [...] vale ressaltar que o movimento das hortas comunitárias está intimamente ligado ao movimento agroecológico e à economia social e

> solidária, territorializado principalmente em áreas urbanas e periurbanas ao redor do mundo, como na Catalunha no continente europeu. [...] No caso da Catalunha, esse movimento também expressa a representatividade da AUP com base em uma contra-racionalidade ao sistema capitalista, uma vez que valoriza os princípios da agroecologia e da economia social e solidária (ALIÓ; AZEVEDO; PERXACS, 2020, p. 13-14).

Contudo, a produção da agricultura urbana na região da Catalunha possui um papel relevante no abastecimento de alimentos para a população local, além de proporcionar emprego e renda para as pessoas inseridas no setor agrícola, gerando segurança alimentar e nutricional e o aquecimento da economia regional catalã. Segundo os autores,

> [...] na região metropolitana de Barcelona o destino da produção é bastante difuso sobressaindo estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte, redes de supermercados, mercados públicos, restaurantes, redes de distribuição marcadas pela presença de cooperativa e associações de consumo, enfim circuitos curtos de produção, comercialização e consumo de alimentos espalhados pela própria região metropolitana de Barcelona e Girona, bem como no entorno do território catalão (ALIÓ; AZEVEDO; PERXACS, 2020, p. 15).

Portanto, as experiências de agricultura urbana em Barcelona e nos municípios em seu entorno revelam a existência de políticas públicas com o intuito de promover tal prática entre os idosos, contribuindo para a saúde dessa população vulnerável. Além deste fator, as hortas urbanas em Barcelona contribuem para a geração de empregos e renda para as pessoas que a praticam, favorecendo a economia regional.

A agroecologia também está presente nessas experiências da região catalã, destacando-se a preocupação com a qualidade dos alimentos e a busca pela produção de alimentos saudáveis na cidade.

3.3. América Latina e Caribe

Os estudos de casos sobre a agricultura urbana na América Latina e Caribe são diversos e possuem diferentes características nos processos de formação e desenvolvimento, porém, majoritariamente envolvem um objetivo em comum: contribuir para a diminuição da fome e insegurança alimentar entre as populações que apresentam vulnerabilidade econômica. Esse contexto se intensificou em virtude da violência no campo, em que:

> […] los procesos migratorios que se han vivido en américa latina son desplazamientos del campo a la ciudad por causas de violencia o simplemente por búsqueda de mejores oportunidades. Las poblaciones

> urbanas aumentan constantemente y las periferias de las ciudades se convierten en barrios con habitantes de escasos recursos y con servicios públicos limitados o nulos (RODRIGUEZ, 2014, p. 23).

Uma ação positiva realizada pela esfera pública no subcontinente latino-americano envolvendo a agricultura urbana está direcionada na iniciativa da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). Cumprindo o papel de uma instituição intermediadora entre os países, esta foi responsável pelo apoio em políticas públicas de agricultura urbana na Argentina, Bolívia e Haiti.

Nestes casos, a agricultura urbana é implementada por meio da metodologia:

> […] utilizada pela FAO em todas as etapas do projeto é a participativa, que tem sustentação pedagógica, histórico-cultural e neurofisiológica e vem sendo utilizada por inúmeras instituições mundo afora e mostrado resultados muito positivos. Essa metodologia tem as seguintes características: se centra nas pessoas e seus processos, tanto os pessoais como os coletivos; o educando é o sujeito protagonista no processo de aprendizagem; a aprendizagem é autogestionada, é libertadora e transformadora. Tal metodologia é inspirada nos pensamentos de Paulo Freire e Juan Diaz Bordenabe, desenvolvida e aperfeiçoada na América Latina (CUCOLICCHIO, 2016, p. 36-37).

No Haiti, essa ação foi executada após o terremoto de 2010 que gerou uma grave crise humanitária no país. A FAO, financiada pela Bélgica, agiu da seguinte maneira:

> A raíz de la escasez de alimentos que sobrevino después del sismo de enero de 2010, la FAO, con el apoyo económico de Bélgica, estableció el **Plan de Agricultura Urbana para Haití**. En muchos espacios públicos se permitió a los ciudadanos cultivar hortalizas de rápida cosecha con el fin de mitigar el hambre. Debido a la urgencia de producción de alimentos, estas siembras se establecieron de forma rápida, sin contar con planeaciones técnicas ni acompañamientos de profesionales agrónomos. Es importante resaltar que el 85% de los integrantes de estos proyectos eran mujeres (RODRIGUEZ, 2014, p. 29, grifo nosso).

Na Bolívia, as cidades diretamente beneficiadas pelo projeto da FAO foram Sucre e El Alto, pois, indiretamente, outras cidades usufruíram do conhecimento vivido e compartilhado. Também financiado pela Bélgica, a ação resultou em

> [...] 180 lares sensibilizados e motivados para empreender a agricultura ecológica; 180 empreendimentos de agricultura urbana implantados para promover a soberania alimentar; cinco beneficiários que conheceram a experiência de produtores na cidade de Hampaturi – Achocalla – La Paz e transmitem seus conhecimentos a outros beneficiários e Governo Departamental de Chuquisaca com capacidades fortalecidas para articular políticas de economia plural e soberania alimentar (CUCOLICCHIO, 2016, p. 43).

O contexto boliviano era bastante delicado em relação à alimentação, antes da execução do projeto pela FAO e o governo municipal de El Alto, que demonstrou

interesse desde o início pela agricultura urbana, o que faz diferença na implementação de uma política pública, pois:

> […] a principios de los años 2000, más del 70% de la población vivía en situación de pobreza y alrededor del 40% de los niños menores de 5 años estaban malnutridos, debido a un consumo extremamente bajo de proteínas animales, frutas y verduras. Para mejorar la seguridad alimentaria y nutricional en la ciudad, la FAO y el Gobierno Municipal de El Alto desarrollaron un proyecto, financiado por el Reino de Bélgica, que tiene como objetivo promover la producción de verduras durante todo el año en huertos familiares (FAO, 2015, p.1).

Como um dos principais resultados na cidade de El Alto, na Bolívia, o projeto de agricultura urbana capacitou milhares de pessoas para a produção de alimentos, combatendo a fome, garantindo renda e a segurança alimentar e nutricional dessas pessoas envolvidas, uma vez que

> En los talleres de los centros demostrativos y de capacitación, se enseñaron a los participantes nociones básicas de horticultura y se los sensibilizó sobre la necesidad de mejorar la calidad de la dieta familiar. En total, el proyecto capacitó a unos 2 000 horticultores familiares, la mayoría de ellos mujeres, en la construcción y mantenimiento de invernaderos, producción hidropónica, compostaje, manejo biológico de plagas y enfermedades, irrigación y buenas prácticas en el manejo poscosecha (FAO, 2015, p. 1).

Já na Argentina, o foco do projeto da FAO e do governo nacional se desenvolveu na cidade de Rosário, principalmente pelo fato do modelo neoliberal implantado no país durante os anos 1990 ter aumentado o desemprego da população argentina. Diante disso, a agricultura urbana se tornou uma alternativa para amenizar a crise, em que:

> […] como respuesta estratégica a la crisis económica de la década de 1990, donde se cerraron múltiples empresas y desaparecieron miles de puestos de trabajo, el gobierno nacional, con el apoyo de la FAO, estableció en 2003, el proyecto de Huertas Bonaerenses con el objetivo principal de estimular el cultivo de hortalizas en las comunidades de más escasos recursos desarrollando 160.000 huertos familiares y escolares y 4.500 comunitarios. En 2006, sólo la comunidad de Rosario, contaba con 800 huertas urbanas. Los proyectos de AU canalizaron la desesperación de las personas en plena crisis económica y les dio una esperanza (RODRIGUEZ, 2014, p. 26).

Entre os casos encontrados, um dos mais citados quando o tema é a agricultura urbana está localizado nas ilhas do Caribe, precisamente em Cuba, na capital Havana. Tal reconhecimento se deve pelo fato do governo cubano priorizar e incentivar a produção de alimentos na cidade desde o fim da União Soviética em 1991, que até então era a principal fonte de abastecimento de alimentos do país e de fornecimento de insumos químicos para a agricultura. Portanto,

> […] para el gobierno comunista de Cuba, la Agricultura Urbana representa gran importancia debido a que se ha constituido como una forma de subsistencia para sus pobladores y actualmente abastece más

> del 20% de la alimentación de la población en la Habana convirtiéndose en uno de los casos más exitosos del mundo (RODRIGUEZ, 2014, p. 24).

Sendo assim, a agricultura urbana cubana ganhou relevância em escala continental, quando se tornou o único país na América Latina a alcançar o consumo médio mínimo de frutas e hortaliças recomendado pela OMS (Organização Mundial da Saúde), atingindo, por dia, 400 gramas *per capita* (RODRIGUEZ, 2014).

No ano de 1997, as hortas urbanas cubanas produziram 20.000 toneladas de hortaliças e temperos frescos. Já em 2012, com a introdução das hortas no sistema de manejo hidropônico[5], passaram a colher 280.000 toneladas (RODRIGUEZ, 2014).

A agricultura urbana – além da questão social – contribui para a questão ambiental, pois favorece a drenagem das águas das chuvas em ambientes urbanos, gerando uma diminuição dos riscos de alagamento nesses espaços. Além disso, também promove a recuperação de solos que não estão apropriados para cultivos pelo fato de terem sido abandonados pelo proprietário e/ou pelo Estado. Diante desses fatores, no município argentino de Rosário buscou-se estimular essas contribuições, em que:

> […] se trabajó con el sector social más pobre de Rosario, que reside en áreas con serias restricciones para la producción: terrenos bajos, a veces inundables, sin suelos aptos para el cultivo, con escasez de agua para riego, etc. Una proporción significativa de ese sector eran migrantes internos, muchos de ellos con experiencia en tares rurales y algunos específicamente en rubros de carácter intensivo (LATTUCA, 2012, p. 100).

Outro projeto de grande alcance social na América Latina está localizado em Quito, capital do Equador. Através de uma agência de promoção econômica chamada ConQuito, se desenvolvem as ações de agricultura urbana e periurbana em Quito e também na sua área de influência, incentivando a produção local – característica importante da escala de ação da agricultura urbana e periurbana.

Nesse sentido, a agência ConQuito criou o Programa de Agricultura Urbana Participativa, conhecido como AGRUPAR, o qual

> […] es el proyecto de agricultura urbana que impulsa la Agencia de Promoción Económica ConQuito desde hace 14 años. El objetivo del proyecto es contribuir al mejoramiento de la calidad de vida de la población vulnerable del distrito a través de la seguridad y soberanía alimentaria, mejoramiento de ingresos, generación de empleo, gestión ambiental e inclusión social, mediante capacitación y asistencia técnica especializada, tecnologías alternativas, sistemas de comercialización

[5] O hidropônico "constitui um sistema fechado de produção de hortaliças e condimentos, sem vinculação direta com o solo. São construídos em áreas improdutivas, planas, próximas ao destinatário da produção final" (AQUINO, 2002, p. 13).

> diferenciado (bioferias), valor agregado para excedentes de producción y alianzas estratégicas público – privadas (CONQUITO, 2020, p. 1).

Os resultados desse projeto foram positivos e envolveram uma grande quantidade de pessoas, tanto na produção de alimentos, quanto no consumo dos mesmos. No *site* oficial do projeto é apresentado que:

> […] hasta el 2015, Agrupar ha generado 2.700 huertos, 19.180 personas capacitadas, 200 emprendimientos, 105 alimentos diversificados, 30 investigaciones realizadas, 17 bioferias distribuidas en toda la ciudad, 29 hectáreas de cultivo, 1.535 infraestructuras productivas y 400.900 beneficiarios (CONQUITO, 2020 p. 1).

Sendo assim, verifica-se nas diversas realidades das práticas de agricultura urbana no subcontinente latino-americano e Caribe, sendo compostas por diferentes características em cada caso específico. Na sequência, serão abordados especificamente algumas experiências no Brasil e na Região Metropolitana de São Paulo.

3.3.1. Algumas experiências de agricultura urbana e periurbana no Brasil e Região Metropolitana de São Paulo

As experiências de agricultura urbana e periurbana ainda no subcontinente latino-americano, porém, especificamente no território brasileiro e na Região Metropolitana de São Paulo, possuem características distintas, embora também sejam encontradas similaridades em diferentes contextos socioespaciais.

Abordando a realidade brasileira, a agricultura urbana "está presente em todas as regiões e praticamente em todas as cidades, com maior expressividade nas regiões metropolitanas, capitais, a exemplo de Natal, capital do Rio Grande do Norte e entorno, além das cidades de médio porte" (ALIÓ; AZEVEDO; PERXACS, 2020, p. 15).

No município de Belo Horizonte (MG), Coutinho (2010) apresenta o CEVAE (Programa Centro de Vivência Agroecológica), sendo elaborado e executado pela Prefeitura Municipal desta capital desde 1996. Conforme o autor, esse programa realizou oficinas com o objetivo de promover a educação alimentar e ambiental para a população de baixa renda, além de recuperar áreas degradadas e promover o cultivo de hortas comunitárias na cidade, fortalecendo as comunidades e a sua capacidade de auto abastecimento e geração de renda.

Como parte desse programa, foi criado o projeto piloto de agricultura urbana em Belo Horizonte em uma área pública de 3.500m², denominado "Jardim Produtivo". Segundo Coutinho, no projeto foram inseridas as famílias que residiam próximo à área,

famílias de baixa renda e “agricultores” urbanos experientes. Como resultado, essa horta obteve a melhoria da saúde e a promoção da segurança alimentar para a população local, além da produção agrícola ecológica.

Além desse projeto, o programa contribuiu para o fomento de uma horta comunitária em outra área de propriedade pública, no conjunto Bonsucesso. Entretanto, as condições sanitárias eram precárias devido às atividades estarem localizadas à margem do córrego Bonsucesso, que geralmente serve como depósito de resíduos sólidos e líquidos diversos.

Coutinho afirma que as atividades dessa horta são exercidas predominantemente por homens com mais de cinquenta (50) anos. Na horta é feito o cultivo de legumes, verduras, plantas medicinais e algumas árvores frutíferas. As pessoas residentes no conjunto habitacional Bonsucesso relataram a diminuição de casos de acidentes com escorpiões e cobras após a limpeza e a produção hortícola realizada no terreno (COUTINHO, 2010). Em relação à recuperação de áreas degradadas

> [...] a área onde ocorre a horta comunitária é acidentada, pedregosa e exige adequações agronômicas do solo (filito intemperizado) que é realizada por meio do uso de esterco bovino. Devido à elevada declividade do terreno, os processos erosivos são frequentes, carreando a terra e o esterco, o que é minimizado através de contenções feitas com pedaços de madeiras formando terraços modeladores dos canteiros ao longo da rampa onde a horta está localizada [...] (COUTINHO, 2010, p. 127).

No município de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte (RN), Alió, Azevedo e Perxacs (2020, p. 7) relatam que nas experiências de agricultura urbana “em alguns casos, essa produção não é apenas para autoconsumo, mas também como principal, e às vezes, a única fonte de renda para a família”. Diante dessa realidade, essa prática ganha uma importância fundamental para a sobrevivência dessas famílias no município.

Além desse fator, é ressaltado também que a maior incidência das atividades de agricultura urbana no município de Natal ocorre “principalmente nos territórios mais vulneráveis social e ambientalmente com maior desigualdade e exclusão social (ALIÓ; AZEVEDO; PERXACS, 2020, p. 8).

Os autores mencionam ainda que existem áreas urbanas nas quais ocorrem as práticas agrícolas em que as ruas ainda não são pavimentadas, gerando dificuldades para a mobilidade da população e o transporte dos alimentos cultivados. Ainda assim, eles informam que,

> [...] os bens produzidos destinam-se principalmente ao autoconsumo dos produtores e suas famílias, mas também ao mercado local e aos

> mercados intermunicipais, através de feiras livres distribuídas na capital e na região metropolitana, somadas aos agentes intermediários, pequenos estabelecimentos comerciais distribuídos em mercados públicos e o sistema de comércio em geral, criando vários circuitos curtos de distribuição e comercialização de produtos agropecuários em torno da capital e interior do estado (ALIÓ; AZEVEDO; PERXACS, 2020, p. 8).

Os autores chegam à seguinte conclusão sobre as experiências de agricultura urbana em Natal: "É um fenômeno que garante a reprodução social de um número significativo de pessoas e famílias no território estudado, constituindo por vezes a única forma de ocupação e fonte de sobrevivência daqueles que a praticam e a desenvolvem" (ALIÓ; AZEVEDO; PERXACS, 2020, p. 15).

No município de Santa Maria (RS), Pêssoa (2005) destaca em seu trabalho o aspecto da pobreza econômica presente entre as pessoas que praticam a agricultura urbana. No seu estudo, é relatado que

> [...] do total das 47 pessoas ativas, 25 (53%) trabalham nas hortas e a maior parte destes agricultores urbanos encontra-se em serviços de construção civil (pedreiros e pintores), outros em serviços domésticos, preferencialmente as mulheres e ainda há vendedores informais e serviços prestados por conta-própria. A predominância de pessoas que se ocupam em serviços da construção civil é um fato que pode ser associado, talvez, ao caráter precário desta ocupação na forma de "bicos" ou subemprego, e o tempo "sobrante" se ocupando na agricultura como forma de complementação da alimentação e da renda familiar (PÊSSOA, 2005, p. 39).

Essa realidade destacada pela autora está presente em muitas experiências dessa atividade pelo mundo, sendo uma característica muito forte da agricultura urbana. Ainda nesse debate, é apresentado que

> Na questão monetária, a agricultura urbana tem sua parcela de economia relacionada ao consumo das pessoas. É de alta significância para estas famílias de baixo nível de renda conseguir economizar até 120 reais por mês na compra de alimentos, que é o caso de 84,25% das famílias entrevistadas. [...]Normalmente nas famílias mais pobres, o peso da alimentação é maior [...] (PÊSSOA, 2005, p. 45).

Um elemento pouco estudado nas experiências de agricultura urbana é a questão de gênero. No estudo de Santa Maria "verifica-se que há pouca diferença entre homens e mulheres que trabalham nas produções agrícolas urbanas, sendo que do total de 57 pessoas nas famílias, 30 são do sexo masculino e 27 do sexo feminino" (PÊSSOA, 2005, p. 37).

Outro elemento fundamental que envolve a agricultura urbana é o processo histórico do êxodo rural, gerando a migração de camponeses para as periferias das

cidades. No referido local, os estudos mostraram que "[...] 63% do total que trabalham nas hortas são de origem rural. Isto nos remete à questão do êxodo rural, que conduz essas pessoas para a cidade com o objetivo de melhores condições de vida, e há, ainda, a tradição que as mesmas carregam com a agricultura" (PÊSSOA, 2005, p. 38).

Uma característica comum nas práticas da agricultura urbana envolve o cultivo de hortaliças e ervas aromáticas. Pêssoa (2005) explica que essa característica é comum devido ao custo-benefício desses alimentos, que vai do manejo à comercialização. Segundo a autora,

> [...] normalmente as hortaliças e temperos aparecem em maiores quantidades, pois possuem ciclo mais rápido e são mais facilmente manejáveis, além de necessitarem de espaços menores. As rendas mais altas também são oriundas da venda de hortaliças e temperos, porque possuem maiores demandas nos centros urbanos, em especial, aquelas produzidas de forma mais natural (PÊSSOA, 2005, p. 47).

Contudo, compreende-se que no município de Natal e no município de Santa Maria, se destacam as características da pobreza econômica e social das pessoas envolvidas com a prática, além da tímida presença do poder público para fornecer assistência técnica e/ou financeira, considerando que as pessoas inseridas no manejo das hortas urbanas possuíam outras ocupações para obter renda, como em Santa Maria, e as dificuldades de transporte e mobilidade encontradas em Natal. As experiências em Belo Horizonte caminham na mesma direção, porém, neste caso, houve programas municipais para estimular as atividades.

Na Região Metropolitana de São Paulo também existe uma diversidade de experiências de agricultura urbana, muitas destas não formalizadas. Neste trabalho, serão destacados os estudos de Nagib (2016) na capital paulista e de Ribeiro (2013) no município de Embu das Artes.

A experiência de agricultura urbana na capital paulista estudada por Nagib (2016) foi a da Horta das Corujas, localizada na cidade de São Paulo – cabe destacar que é um bairro de classe média alta (Vila Madalena). Neste sentido, já se torna diferente da maior parte dos casos estudados a partir do levantamento bibliográfico, pelo fato de suas atividades não estarem localizadas em bairros nas áreas periféricas compostos por populações que apresentam vulnerabilidade social e econômica.

Outro ponto que difere das experiências até então mencionadas em território brasileiro, envolve o caráter ativista e político da Horta das Corujas. Pelo fato de estar

localizada em uma área valorizada de São Paulo – que ultrapassa os 20.000 m² – seu território sofre grande pressão do capital imobiliário e tentativas de privatização do espaço. Isso ocorre porque a horta está localizada em uma praça pública da cidade, sendo assim, comumente ocorrem interesses empresariais diante desse espaço público de lazer e contato com a natureza (NAGIB, 2016).

O manejo da Horta das Corujas é realizado por moradoras e moradores da cidade engajados na luta pelos direitos sociais, alimentação saudável e preservação da natureza. O diálogo entre as pessoas que cultivam a horta ocorre por meio das redes sociais. Dessa forma, são organizados mutirões para a manutenção e limpeza da horta, além de oficinas que tem como objetivo o compartilhamento de experiências e saberes tradicionais da população da cidade tais como as formas de cultivo que são passadas de geração em geração entre as famílias, valorizando esses conhecimentos históricos (NAGIB, 2016).

A Horta das Corujas também se destaca pelo cultivo das PANC's (Plantas Alimentícias Não-Convencionais). As pessoas envolvidas com o manejo da horta valorizam e praticam a agroecologia (NAGIB, 2016).

As experiências de agricultura urbana no município de Embu das Artes – região metropolitana de São Paulo – analisadas por Ribeiro (2013) caracterizam o papel da agroecologia nas atividades realizadas por meio de um programa municipal financiado pela prefeitura nomeado "Projeto Colhendo Sustentabilidade: Práticas Comunitárias de Segurança Alimentar e Agricultura Urbana". Segundo a autora, a agricultura urbana

> [...] sinalizou para um novo caminho voltado para a participação cidadã, pois seus referenciais teóricos, pautados nos princípios da educação popular, da agroecologia e de metodologias participativas, contribuíram para o empoderamento individual e comunitário e para o protagonismo social, refletindo positivamente na promoção da saúde, na segurança alimentar e nutricional e na melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas (RIBEIRO, 2013, p. 207).

Esse projeto esteve presente em diferentes bairros do município de Embu das Artes, ocupando variados tamanhos em sua área de execução, de 50 m² até 10.000 m² (RIBEIRO, 2013).

O destaque para o compartilhamento de experiências e troca de saberes tradicionais entre a comunidade local e os cientistas inseridos no programa municipal está presente na experiência de Embu das Artes. Essa iniciativa é fundamental para que se desenvolva o manejo agroecológico nas hortas urbanas. Nessa direção,

> A mescla de todos os conhecimentos, desenvolvidas com estratégias pedagógicas, proporcionou a união entre saberes tradicionais, provenientes da comunidade e saberes científicos, trazidos pela equipe técnica multidisciplinar, que aos poucos foram produzindo novos conhecimentos (RIBEIRO, 2013, p. 203).

Entre os benefícios proporcionados pela agricultura urbana agroecológica para a população de Embu das Artes, Ribeiro (2013) destaca que

> [...] a agricultura urbana agroecológica desenvolvida no PCS também contribuiu para a promoção e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional no município através de comercialização de produtos mais saudáveis em espaços públicos e, em particular, para os participantes ao promover mudanças de hábitos alimentares; acesso a alimentação diversificada e trocas de receitas saudáveis e a descoberta de novas espécies comestíveis como: a capiçoba, o cariru, a serralha, a taioba, entre outros (RIBEIRO, 2013, p. 204).

Como se constatou, nas cidades de São Paulo e Embu das Artes ocorrem práticas de ativismo social como na Horta das Corujas, em um bairro de classe média alta, expressando o caráter territorial de resistência da agricultura urbana diante dos interesses do capital. Já em Embu das Artes houve o estímulo por meio de uma política pública municipal para o desenvolvimento de um projeto social de agricultura urbana agroecológica voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, contribuindo para a melhora da qualidade de vida dessas pessoas.

O capítulo seguinte foi elaborado a partir do recorte territorial deste estudo, discorrendo sobre características do município de Presidente Prudente, os resultados e as discussões da pesquisa conforme a análise de três casos de agricultura urbana.

4. A AGRICULTURA URBANA EM PRESIDENTE PRUDENTE: CONTEXTO MUNICIPAL E EXPERIÊNCIAS DE HORTICULTURA

Neste capítulo explanou-se a caracterização da área em que a pesquisa foi realizada por meio de uma contextualização dos aspectos agropecuários, econômicos e populacionais do município de Presidente Prudente. Posteriormente, foram apresentados os resultados e discussões da pesquisa através do estudo de três casos analisados sobre agricultura urbana.

4.1 Contexto municipal de Presidente Prudente

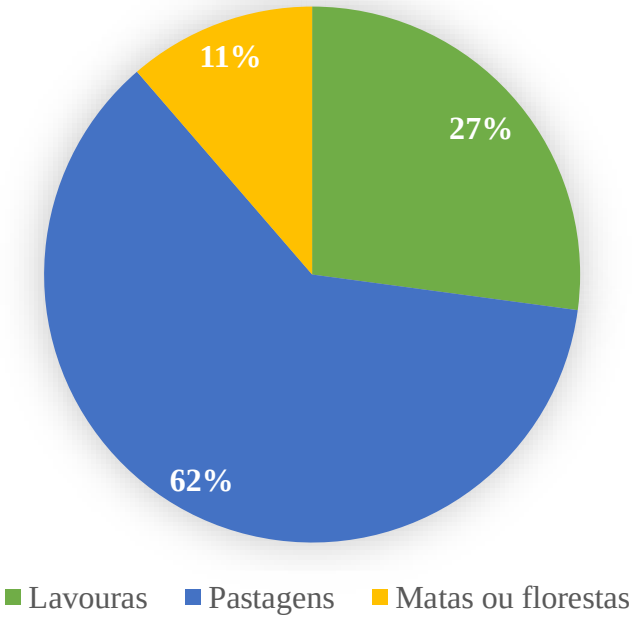
O município de Presidente Prudente localiza-se na porção sudoeste do Estado de São Paulo, no Planalto Ocidental Paulista, com uma extensão territorial de 560,637 km² e possui uma população estimada em 228.743 habitantes no ano de 2019, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O PIB (Produto Interno Bruto) municipal de Presidente Prudente em 2017 – dado mais recente obtido pela Fundação Seade – foi de R$ 7.806.812,76, enquanto que o PIB *per capita*, nesse mesmo ano, se estabeleceu em R$ 34.655,21, segundo o IBGE. Já o PIB *per capita* do Estado de São Paulo, no ano de 2017, – dado mais recente obtido pela Fundação Seade – alcançou R$ 48.537,53.

O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do município de Presidente Prudente, segundo o IBGE (2010), é de 0,806. Isso significa que está acima da média do Estado de São Paulo que se encontra em 0,783. Em relação à renda da população, o salário médio mensal era de 2,6 salários mínimos (o equivalente a R$ 2.436,20 para o ano de 2017) e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 34% (IBGE, 2017).

Já tratando da utilização das terras em 2017 no município de Presidente Prudente (Gráfico 1), a área dos estabelecimentos agropecuários é composta por 29.020 hectares, segundo o IBGE.

Gráfico 1 - Utilização das terras no município de Presidente Prudente, em hectare (%)



Fonte: IBGE, 2017.

Organizado por: Lucas Araújo Miranda.[6]

As pastagens ocupam mais de 60% das terras dos estabelecimentos agropecuários em que 2.604 hectares estão em condições naturais (não cultivadas e que cresceram de forma espontânea), 13.224 hectares estão plantadas em boas condições e 185 hectares se encontram plantadas em más condições. Cabe destacar os rebanhos bovinos que compõem 31.516 cabeças, os galináceos compostos por 4.000 cabeças e os suínos com 637 cabeças, segundo o IBGE, em 2017.

O principal motivo para esse domínio das áreas ocupadas com pastagens em Presidente Prudente se explica pela presença de grandes propriedades rurais – com títulos de propriedades duvidosos – em que a pecuária, neste contexto, serviria para justificar a ideia de área produtiva, além do baixo investimento na pecuária realizada de forma extensiva.

As lavouras ocupam 27% das terras dos estabelecimentos agropecuários, em que as permanentes ocupam uma área de 273 hectares, com destaque para a produção de manga e maracujá. Já as lavouras temporárias ocupam uma área de 6.777 hectares com destaque para a produção de milho, mandioca e cana-de-açúcar. Por fim, a área para o cultivo de flores nas lavouras ocupa 8 hectares (IBGE, 2017).

[6] Na organização do gráfico, a forma de utilização de terras referentes aos sistemas agroflorestais não foi inserido no gráfico pelo fato de representar menos de 1% do total das terras, em hectares. No total, os sistemas agroflorestais ocupam 17 hectares no município de Presidente Prudente (IBGE, 2017).

As matas ou florestas representam 11% das terras dos estabelecimentos agropecuários, em que na sua condição natural possuem 119 hectares. Já as matas ou florestas destinadas à preservação permanente ou reserva legal ocupam uma área de 2.568 hectares, e as florestas plantadas (silvicultura) estão localizadas em 263 hectares (IBGE, 2017).

Por fim, os sistemas agroflorestais (área cultivada com espécies florestais também utilizada para lavouras e pastejo por animais) ocupam 17 hectares (IBGE, 2017).

Esses dados apresentam as formas como as terras foram utilizadas no município estudado, a partir dos estabelecimentos agropecuários localizados nos espaços rurais de Presidente Prudente. Já em relação às atividades agrícolas realizadas nos espaços urbanos, ainda não existem dados oficiais disponibilizados pelas instituições de pesquisa, como o IBGE e o SEADE ou mesmo a Prefeitura Municipal.

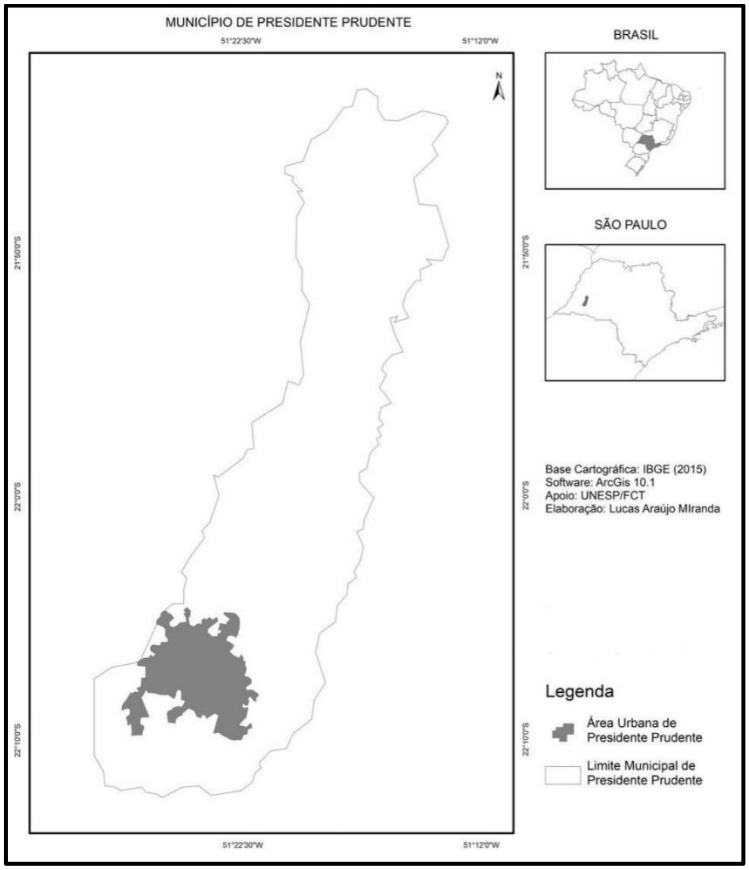
Entretanto, os estudos de Pereira (2020) apresentaram um levantamento das práticas de agricultura urbana na sede e nos quatro distritos que formam as áreas urbanizadas de Presidente Prudente. Logo, o autor destaca que essas práticas:

> [...] predominam nos bairros onde a ocorrência dos lotes não edificados é maior, principalmente nos setores oeste e sudoeste da cidade. Enquanto isso no leste e sudeste, correspondentes às áreas mais pobres da cidade, a agricultura tem presença mais significativa nos bairros recentes, situados na extremidade da mancha urbana (PEREIRA, 2020, p. 136).

Os bairros mencionados pelo autor nos setores oeste e sudoeste da cidade são referentes ao Jardim Vale do Sol e Mário Amato, respectivamente. Enquanto que os setores leste e sudeste, consideradas as áreas mais pobres da cidade, são referentes à Vila Líder, Jardim São Bento, Santana, Santa Mônica e Paraíso.

Além dos dados estatísticos referentes às características do município, existe também um aspecto relevante a ser considerado no contexto municipal: a expansão dos espaços urbanos na cidade de Presidente Prudente. O Mapa 1 apresenta a localização do município de Presidente Prudente, com destaque para a área urbana.

Mapa 1 – Localização e área urbana do município de Presidente Prudente



Elaborado por Lucas Araújo Miranda (2019)

A malha urbana do município de Presidente Prudente vem se expandindo de forma acelerada nas últimas décadas (MIYAZAKI, 2008), alterando a dinâmica das relações sociais e econômicas entre o campo e a cidade. Nesse sentido, o autor discorre que

> [...] tem-se assim uma situação contraditória: ao mesmo tempo em que há uma tendência à aglomeração, há também uma dispersão das áreas urbanas, que passam a estar localizadas cada vez mais distantes e em descontinuidade em relação ao centro da cidade e o tecido urbano consolidado. A localização desses bairros cada vez mais distantes demanda maiores investimentos por parte do poder público para disponibilizar serviços como água encanada, esgoto, iluminação pública, asfalto, transporte coletivo, coleta de lixo, entre outros (MIYAZAKI, 2008, p. 87).

Portanto, o município de Presidente Prudente passou a ter bairros isolados e afastados da área urbana consolidada, tais como os bairros Brasil Novo e Mário Amato. Entretanto, também ocorre a expansão da área urbana consolidada, resultando na ampliação do tecido urbano municipal.

Diante desse cenário, surge a realização de atividades agrícolas informais na cidade de Presidente Prudente por meio da utilização de terras ociosas, públicas e/ou

privadas para fins de cultivo, consumo e comercialização de alimentos, conforme apresentado nesta pesquisa.

Na sequência, será discutido o estudo de três casos no município de Presidente Prudente em que serão analisadas as hortas urbanas selecionadas.

4.2. Agricultura urbana em Presidente Prudente: estudo de casos

Para a escolha das três hortas analisadas na metodologia de estudo de caso, utilizou-se como critério as características destas que se aproximam com os temas abordados nesta pesquisa: agroecologia e políticas públicas. Dessa forma, será possível averiguar as relações entre as características das hortas urbanas com os temas estudados, chegando ao objetivo geral da pesquisa.

4.2.1. Horta urbana do bairro Brasil Novo

Essa horta foi considerada urbana pelo fato de estar localizada no interior da cidade de Presidente Prudente, ou seja, em uma área intraurbana. Essa característica geográfica pode ser representada por meio das Figuras 2 e 3, bem como a área do cultivo pode ser visualizada nas Fotos 1 e 2.

Figuras 2 e 3 – Localização geográfica de horta na área urbana de Presidente Prudente

Fonte: Google Earth (2021)

Fotos 1 e 2 – Área de cultivo da horta urbana do bairro Brasil Novo

Fonte: Pesquisa de campo (junho 2019)

Nesse estudo de caso, as informações foram obtidas diretamente por meio do agricultor responsável pela horta. Ele informou que cultiva hortaliças na área há aproximadamente quinze (15) anos, porém ele sempre trabalhou com a agricultura.

O agricultor relatou que trabalha na horta de domingo a domingo, das sete (7) horas da manhã até as sete (7) horas da noite, com o auxílio do irmão e da esposa. O motivo que o leva a cultivar a horta envolve o amor pela horticultura, por ser uma forma de terapia e pelo prazer em vender alimentos bons e saudáveis para as pessoas.

Ele informou que além da renda obtida através da comercialização dos alimentos da horta, também recebe a aposentadoria. Essa comercialização ocorre sempre com as pessoas da comunidade do bairro Brasil Novo, sendo direta para os consumidores. Ele afirmou que possui uma ótima relação com a vizinhança da horta e muitas amizades.

Os alimentos produzidos na horta são: alface, rúcula, couve, agrião, hortelã, mandioca, quiabo, brócolis, abobrinha, coentro, cebolinha e salsinha. Em sua horta não são utilizados agrotóxicos. A adubação é realizada através de esterco de aves e bovinos. Ele mencionou também que utiliza a casca de amendoim para manter a umidade do solo durante o seu cultivo. E a procedência da água utilizada provém de um poço caipira feito no espaço da horta com o dinheiro da comercialização dos cultivos.

Em relação aos principais problemas enfrentados para o cultivo da horta, o agricultor urbano disse que sente a falta da assistência técnica e financeira do serviço público municipal. Ele destacou que a sua relação com a gestão da Prefeitura Municipal na época da entrevista (junho de 2019) não era boa, pois houve um corte da água há oito (8) anos atrás, e que na última campanha eleitoral (2016), o prefeito da época conversou com ele e disse que não havia intenções para prejudicar o trabalho dele na horta, porém também não prometeu melhorias e não se interessou com qualquer outra forma de ajuda, além da continuidade da cessão do terreno público para a horta.

A horta do entrevistado possui uma área total de 7500m² e a área efetivamente cultivada é de 6000m². Cabe destacar que a origem dessa horta é resultante de um programa municipal e o terreno é público. Como mencionado por Golla, Hespanhol e Hirata (2010),

> [...] nesse município, no ano de 1997, o poder público municipal criou o Programa Alimente Prudente que estimulou a implantação de hortas comunitárias em terrenos públicos cedidos pela prefeitura e que se

> localizavam em bairros com população carente (GOLLA; HESPANHOL; HIRATA, 2010, p. 36).

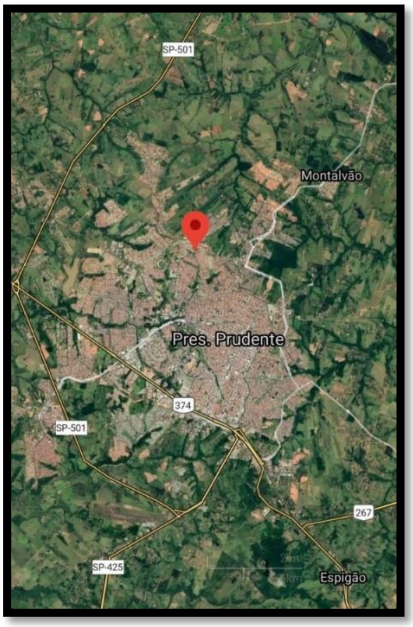
Nessa direção, a horta se destaca pela sua relação com a política pública desde a sua origem por meio da implementação do programa “Alimente Prudente” do setor público municipal cuja finalidade era proporcionar alimentação e garantir a segurança alimentar e nutricional da população carente em bairros periféricos de Presidente Prudente. Como resultado e herança do programa municipal, podemos averiguar o funcionamento dessa horta muitos anos depois, mesmo enfrentando dificuldades com o fim deste e do auxílio técnico e financeiro do poder público.

A proposição inicial para o estudo dessa horta envolveu a sua relação com a política pública. Averiguou-se que o impacto dessa relação está inserido em sua origem e nos primeiros anos de execução. Posteriormente, esse impacto enfraqueceu até se tornar nulo e chegar à realidade atual em que o agricultor responsável mantém o funcionamento da horta por conta própria por meio da comercialização da produção.

4.2.2. Horta urbana do bairro São Matheus

Essa horta foi considerada urbana pelo fato de estar localizada no interior da cidade de Presidente Prudente, ou seja, em uma área intraurbana. Essa característica geográfica pode ser representada por meio das Figuras 4 e 5, bem como o local de manejo pode ser visualizado nas Fotos 3 e 4.

Figuras 4 e 5 – Localização geográfica da horta na área urbana de Presidente Prudente



Fonte: Google Earth (2021)

Fotos 3 e 4 – Local de manejo da horta urbana do bairro São Matheus

Fonte: Pesquisa de campo (junho 2019)

Nesse estudo de caso, o entrevistado também era o responsável pela horta, um homem com formação técnica em pecuária e que cultiva uma horta em frente à sua casa há um (1) ano e sete (7) meses, na época da entrevista (junho de 2019). Ele relatou que trabalha sozinho na horta, e que a frequência de trabalho é pouca, devido a presença de galinhas e filtros feitos com garrafas de plástico que colaboram para a manutenção da horta, além de enfatizar que é necessário saber onde está plantando e que o tipo de solo contribui para o desenvolvimento da sua horta.

O entrevistado afirmou que essa não é a sua primeira experiência nesse ramo, pois sempre cultivou plantas e alimentos no quintal de sua residência. Os alimentos produzidos em sua horta são doados para a vizinhança, ao invés de serem comercializados. O motivo para começar a cultivar a horta envolve o fato das pessoas jogarem lixo no terreno em frente à sua casa, e por isso, teve como objetivo manter a limpeza do terreno e promover a educação ambiental como exemplo a ser seguido entre os vizinhos.

Conforme informado pelo agricultor urbano, o próprio é responsável pelo cultivo de abacate, abacaxi, abóbora, abobrinha, açafrão, acerola, alho, banana, berinjela, cajá-manga, cebolinha, chuchu, couve, cupuaçu, gengibre, goiaba, graviola, jaca, jiló, jurubeba, laranja, limão, maçã, mamão, mandacaru, mandioca, maracujá, pepino, pêssego, pinha, quiabo, romã, tangerina e tomate.

Em sua horta não são utilizados agrotóxicos, apenas uma mistura denominada de água de fumo. A adubação é realizada por meio de matéria orgânica: esterco de gado. Além disso, utiliza o método de sombreamento para facilitar o desenvolvimento de sua horta. A água provém do processo de decantação[7], realizado por meio de filtros feitos de garrafas *pet* pelo próprio entrevistado mantendo a umidade da horta.

A relação com a vizinhança é incômoda, pois o agricultor urbano enfatiza que ninguém demonstra interesse ou preocupação em ajudá-lo no cultivo da horta, porém muitas pessoas retiram os frutos produzidos em sua horta. Sendo assim, segundo ele, possui poucas relações com seus vizinhos. Já a sua relação com a Prefeitura Municipal é diferente, pois menciona que já foi entrevistado por seus funcionários e relatou que questionaram se necessitava de algum auxílio envolvendo os custos da sua horta, porém o mesmo recusou porque não tinha interesse, conforme mencionou. Contudo, os principais problemas enfrentados em sua horta envolvem a proliferação de escorpiões, sendo que em virtude da criação de galinhas esse problema é sanado.

---

[7] O processo de decantação é a separação de elementos líquidos e sólidos, nesse caso, da água da chuva. Sendo assim, esse processo de separação aconteceria por meio de um filtro em garrafas pet.

A área total do terreno em que a horta está localizada é de dez mil metros quadrados (10.000 m²) e a área efetivamente cultivada é de sessenta metros quadrados (60 m²). Quanto ao proprietário do terreno, o entrevistado não soube informar, apenas destacou o abandono da área. Entretanto, conforme Pereira (2020), esta área pertence a Prefeitura Municipal.

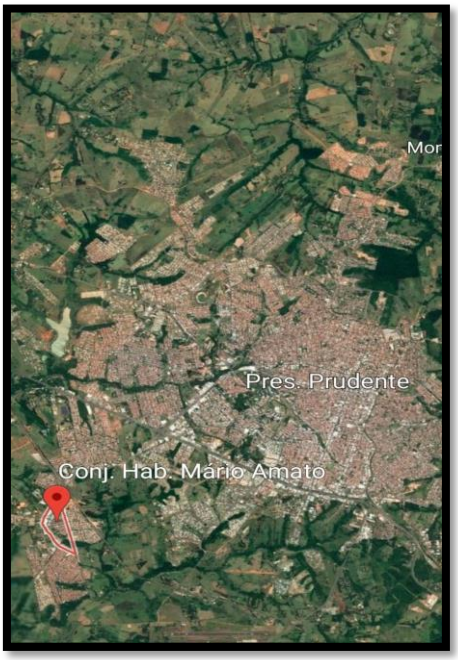
A proposição inicial para o estudo dessa horta envolveu a identificação das características de cultivo que contribuem para a preservação da natureza por meio da valorização dos aspectos ecológicos do ambiente urbano e para a alimentação saudável. Constatou-se que as características de cultivo da horta desempenham o papel de contribuir para a preservação da natureza e promovem alimentos saudáveis.

A utilização de materiais recicláveis, o esterco de gado como adubo, o sombreamento como técnica e o fato de não utilizar agrotóxicos foram aspectos constatados que favoreceram essa conclusão. Logo, tais características que compõem essa horta se aproximam dos princípios da agroecologia.

4.2.3. Horta urbana do bairro Mário Amato

Essa horta foi considerada urbana pelo fato de estar localizada no interior da cidade de Presidente Prudente, ou seja, em uma área intraurbana. Essa característica geográfica pode ser representada por meio das Figuras 6 e 7, bem como o espaço de plantio pode ser visualizado nas Fotos 5 e 6.

Figuras 6 e 7 – Localização geográfica da horta na área urbana de Presidente Prudente



Fonte: Google Earth (2021)

Fotos 5 e 6 – Espaço de plantio da horta urbana do bairro Mário Amato

Fonte: Pesquisa de campo (junho 2018)

Nesse estudo de caso, a pessoa entrevistada – e também responsável pela horta – foi uma mulher, cuja idade era de cinquenta (50) anos e o seu grau de escolaridade era o ensino fundamental completo, conforme relatado na aplicação do roteiro de entrevista. Ela informou que estava envolvida no cultivo da horta há cinco (5) anos.

O motivo do interesse para manejar a horta foi o falecimento do marido, fazendo com que ela se tornasse responsável pela sequência das atividades, junto ao seu irmão. A agricultora urbana também mencionou que o tamanho da área utilizada para o cultivo é de quatro mil metros quadrados (4.000 m²). Essa área não é própria, mas arrendada.

Na horta são cultivadas folhagens em geral. O acesso a água ocorre por meio de um poço artesiano. Os alimentos cultivados na horta periurbana são comercializados para mercados locais, comerciantes de feiras e vendedores ambulantes[8]. Além da renda obtida pela horta, ela também é pensionista. Além da comercialização, foi relatado que os alimentos cultivados são utilizados para o autoconsumo. Entretanto, não ocorrem doações do excedente da produção.

Não são utilizados agrotóxicos para a eliminação de "pragas" no manejo das folhagens. Entretanto, a entrevistada informou que aplica adubos químicos para acelerar a produção, além de esterco de galinha no manejo da horta. Diante disso, ela utiliza EPI (Equipamento de Proteção Individual) quando está trabalhando, mencionando o uso de luva e máscara.

As principais dificuldades enfrentadas são o excesso de sol e chuva, conforme a época do ano. No verão, costuma-se ocorrer fortes pancadas de chuva, acarretando na perda de muitas folhagens. Além dessa característica climática, a maior incidência solar durante o verão prejudica o desenvolvimento das folhagens, gerando prejuízos na produção final.

A proposição inicial para o estudo dessa horta envolveu a identificação das características de cultivo que contribuem para a preservação da natureza e alimentação saudável. Constatou-se que a horta não contribui de maneira completa para a preservação da natureza e alimentação saudável, pois mesmo não utilizando agrotóxicos acaba aplicando adubos químicos no manejo, fazendo uso de EPIs para tal finalidade.

---

[8] Nesse caso, os vendedores ambulantes são aqueles que realizam a comercialização dos alimentos por meio de barracas nas ruas da cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das experiências de agricultura urbana nas cidades europeias de Lisboa, Barcelona e em seus municípios próximos chega-se à seguinte conclusão: tais práticas proporcionam uma alternativa de renda e a promoção da segurança alimentar e nutricional dos imigrantes residentes nestes países e que se encontram em situação de desemprego.

As atividades de agricultura urbana passaram a obter estímulo por meio de políticas públicas municipais, tanto em Lisboa quanto em Barcelona. Essa condição significou um avanço para as pessoas inseridas nas políticas, porém, ainda existem muitas hortas espontâneas espalhadas por ambas cidades.

A preocupação e esforços para a promoção de alimentos saudáveis esteve presente nas experiências de Lisboa, Barcelona e em seus entornos, favorecendo a saúde e o bem-estar social das pessoas envolvidas com esta prática. Nessa direção, também houve o interesse pelo lazer e o contato com a natureza por meio do manejo das hortas urbanas e periurbanas, com destaque para a presença dos idosos.

Na América Latina e Caribe, sob um contexto com maior vulnerabilidade social e econômica, destacaram-se o papel de promoção da segurança alimentar e nutricional proporcionados pelas experiências de agricultura urbana em cidades como El Alto (Bolívia), Havana (Cuba), Porto Príncipe (Haiti) e Quito (Equador). Assim como nos casos das cidades brasileiras de Belo Horizonte (MG), Natal (RN) e Santa Maria (RS).

Dentro dessas experiências, buscaram-se práticas agroecológicas para a produção de alimentos, como demonstrado em Havana, El Alto e Embu das Artes (SP). No entanto, tais esforços somente foram medidos devido ao interesse político dos governos locais em estimular essas atividades através de políticas públicas para a agricultura urbana.

A experiência em Quito se destacou pelo fato de que foi proporcionada por uma agência de promoção econômica local. Nesse sentido, as experiências de agricultura urbana no Haiti foram fomentadas pela Bélgica, em parceria com a FAO. Da mesma forma ocorreu em El Alto, gerando a seguinte conclusão: nas experiências da América Latina e Caribe existem estímulos que vão além das políticas públicas governamentais, levando a participação de diferentes atores sociais na promoção dessas práticas.

Os casos analisados no Brasil, em São Paulo e Região Metropolitana evidenciaram as características relacionadas com a pobreza econômica e social simultaneamente com a ausência de políticas públicas, como em Natal e Santa Maria. No entanto, houveram casos em que o poder público esteve em ação, como em Belo Horizonte e Embu das Artes.

Outro aspecto que se destacou foi o ativismo social por meio da agricultura urbana em um caso na cidade de São Paulo, enfatizando a agroecologia entre as suas práticas.

Em relação ao município de Presidente Prudente, os cultivos presentes nos espaços urbanos do município se concentram nas áreas com maior presença de terrenos não edificados e em bairros mais recentes em que predomina a pobreza econômica e social.

Considerando a revisão bibliográfica e os estudos de casos analisados neste trabalho por meio da pesquisa de campo, a agricultura urbana e periurbana é uma atividade que possui, entre as suas características, a obtenção de lucro, sendo uma fonte de renda importante – senão a principal – das pessoas envolvidas.

A agricultura urbana possui como principal característica o fornecimento de alimentos para o autoconsumo dos praticantes dessa atividade. Na maioria dos casos analisados não foram utilizados produtos químicos no manejo, sendo uma prática majoritariamente favorável para a preservação da natureza e a produção de alimentos saudáveis.

As características de cultivo nas hortas urbanas pesquisadas em Presidente Prudente contribuem parcialmente para a preservação da natureza e a promoção de alimentos saudáveis. A contribuição parcial ocorre pelo fato de um dos casos analisados relatar o uso de adubos químicos no cultivo da horta urbana. Os outros dois casos analisados informaram a prática de uma agricultura que se aproxima dos princípios agroecológicos, e que contribuem para a promoção de alimentos saudáveis e a preservação do meio ambiente.

As considerações relacionadas ao impacto das políticas públicas, conclui-se que a situação é desafiadora, pois em todos os casos analisados foram relatadas dificuldades e reclamações. Esse tipo de situação poderia ser diferente se houvesse apoio do Estado, proporcionando assistência técnica e financeira para as hortas urbanas de Presidente Prudente, assim como ocorreu no programa municipal “Alimente Prudente” executado na década de 1990.

Sendo assim, o impacto das políticas públicas sobre a atividade da agricultura urbana em Presidente Prudente diminuiu progressivamente até se tornar nulo, deixando as pessoas e hortas sem nenhuma forma de auxílio ou apoio.

Por fim, cabe enfatizar a dinamicidade da agricultura urbana, sendo esta uma atividade realizada nos centros urbanos e/ou em seus bairros periféricos que pode contribuir para diversos aspectos da vida no planeta: geração de emprego, renda, alimento

saudável, qualidade de vida, preservação da natureza, lazer, equilíbrio do ecossistema urbano, diminuição da temperatura no microclima urbano como também da pobreza econômica e social das cidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENCIA DE PROMOCIÓN ECONÓMICA CONQUITO. **Tag Archives: AGRUPAR.** CONQUITO, 2020. Disponível em: http://www.conquito.org.ec/tag/agrupar/. Acesso em 16 jan. 2020.

AGUM, R; MENEZES, M; RISCADO, P. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Revista Agenda Política.** São Carlos, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.

ALIÓ, M. A; AZEVEDO, F. F; PERXACS, H. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. **Mercator.** Fortaleza, v. 19, p. 1-17, 2020.

AQUINO, A.M. **Agricultura Urbana em Cuba:** análise de alguns aspectos técnicos. Documentos. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2002.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **MDS cria o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.** Disponível em: http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/fevereiro/mds-cria-o-programa-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana. Acesso em: 26 mar. 2020.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1961.

COUTINHO, M. N. **Agricultura urbana:** práticas populares e sua inserção em políticas públicas. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

CUCOLICCHIO, M. E. **O desafio ambiental e sócio-cultural da agricultura urbana proposta pela FAO na cidade de Sucre (Bolívia).** 2015. Trabalho de Formatura (Graduação em Engenharia Ambiental). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

FERRARETO, L. C; PINHEIRO, M. C. **Política Nacional de Agricultura Urbana:** Estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar. 2011. Disponível em: http://agriculturaurbana.org.br/textos/artigo%20fome%20zero%20Maristela%20Luciane.doc. Acesso em 28 jul. 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Indicadores do Estado de São Paulo.** SEADE, 2017. Disponível em: https://www.seade.gov.br/#. Acesso em 09 set. 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **PIB Regional – Produto Interno Bruto.** SEADE, 2019. Disponível em: https://www.seade.gov.br/produtos/midia/2020/01/PIB_Regional_3Trrim_2019_29012020.pdf. Acesso em 16 jan. 2020.

GOLLA, A. R.; HESPANHOL, R. A. M; HIRATA, A. C. S. Caracterização da horticultura como uma estratégia de agricultura urbana em Presidente Prudente, estado de São Paulo. **Informações econômicas.** São Paulo, v. 40, n. 1, p. 34-43, 2010. Disponível em: http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2010/tec3-0110.pdf. Acesso em 15 jul. 2020.

HESPANHOL, R. A. M. Agricultura urbana em Portugal: práticas espontâneas e institucionalizadas. **Confins.** São Paulo, n. 43, online; 2019. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/24330. Acesso em 16 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário do município de Presidente Prudente.** IBGE, 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/presidente-prudente/pesquisa/24/76693?ano=2017. Acesso em 16 jan. 2020.

LATTUCA, A. La agricultura urbana como política pública: el caso de la ciudad de Rosario, Argentina. **Agroecología.** 6ª edição. Rosário, p. 97-104, 2012. Disponível em: https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160711/140581. Acesso em 15 jul. 2020.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 1968.

LOCATEL, C; AZEVEDO, F. F. Gestão do Território e a Prática da Agricultura Urbana na Cidade de Natal (RN-Brasil). **Scripta Nova (Barcelona),** v. XIV, p. 331-355, 2010.

MARCOS, V. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 7, p. 182-210, 2007.

MIYAZAKI, V. K. **Um estudo sobre o processo de aglomeração urbana:** Álvares Machado, Presidente Prudente e Regente Feijó. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

MOUGEOT, L. J. A. **Agricultura Urbana – conceito e definição.** Revista de Agricultura Urbana, n. 1, 2000. Disponível em: http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1conceito.html. Acesso em 18 set. 2020.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo:** o caso da Horta das Corujas. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

O'REILLY, E. M. **Agricultura urbana - Um Estudo de Caso do Projeto Hortas Cariocas em Manguinhos, Rio de Janeiro.** 2014. Trabalho de Graduação (Graduação

em Engenharia Ambiental) – Curso de Engenharia Ambiental da Escola Politécnica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y LA AGRICULTURA. **Agricultura urbana y periurbana en América Latina y el Caribe.** FAO, 2015. Disponível em: http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/es/CMVALC/el_alto.html. Acesso em 16 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Cidades mais verdes.** FAO, 2012. Disponível em: http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pt/hup/index.html. Acesso em 18 jan. 2021.

PEREIRA, C. S. **Agricultura, abastecimento e consumo na aglomeração urbana de Presidente Prudente – SP.** 2020. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

PESSÔA, C. C. **Agricultura urbana e pobreza:** um estudo no município de Santa Maria – RS. 2005. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.

RABELLO, D. **Camponeses assentados e as práticas agroecológicas no contexto do agrohidronegócio canavieiro no pontal do Paranapanema (SP).** 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

RIBEIRO, S. M. **Agricultura urbana agroecológica sob o olhar da promoção da saúde:** a experiência do projeto colhendo sustentabilidade – Embu das Artes – SP. 2013. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RODRIGUEZ, J. N. G. **Agricultura urbana en América Latina y Colombia:** perspectivas y elementos agronómicos diferenciadores. 2014. Trabalho de Graduação (Graduação em Agronomia) – Escuela de Ciencias Agrícolas, Pecuarias y del Medio Ambiente, Universidad Nacional Abierta y a Distancia, Medellín, 2014.

ROESE, A. D. **Agricultura Urbana.** 2003. Disponível em: http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=112&pg=1&n=3. Acesso em 19 mai. 2020.

VINHOLI, A. C. **Agricultura Urbana:** um estudo de caso em Itajaí/SC. 2011. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

Roteiro de entrevista semiestruturado – Horta periurbana do bairro Brasil Novo e horta urbana do bairro São Matheus

Nome do entrevistado (a):

Local da entrevista:

Data:

Função que exerce:

- Qual é o seu grau de escolaridade?
- Qual é a sua idade?
- Qual é a sua procedência (origem)?
- Em que bairro mora?
- Há quanto tempo a horta está sendo cultivada?
- Qual é a frequência de trabalho na horta? Quem trabalha na horta?
- É a sua primeira experiência nesse ramo? Se não, em quais outras áreas já trabalhou?
- A comercialização dos produtos da horta é a sua principal fonte de renda? Se não, quais são as outras?
- Qual foi o motivo para começar a cultivar a horta?

- Quais são os alimentos produzidos na horta?

- Quais são os tipos de consumidores? (Pessoas comuns, mercados locais, supermercados, prefeitura). Com qual destes consumidores é realizada a maior parte da comercialização?

- Quais foram os principais problemas enfrentados para os cultivos da horta?

- Quantas pessoas além de você trabalham na horta?

- Como é a relação com a vizinhança do bairro?

- Como é a relação com a prefeitura municipal?

- São utilizados agrotóxicos na horta? Se sim, quais?

- Como é realizada a adubação da horta?

- Qual é a procedência da água utilizada na horta?

- Qual é a área total do terreno em que está localizada a horta?

- Qual é a área efetivamente cultivada?

- Quais foram os principais problemas enfrentados para os cultivos da horta?

Roteiro de entrevista semiestruturado – Horta periurbana do bairro Mário Amato

- Localização do lote (bairro):
- Idade:
- Sexo:
- Grau de escolaridade:

- Há quanto tempo você está envolvido com esse tipo de agricultura/produção?
- Por que se interessou em realizar esse cultivo?
- Você utiliza seus alimentos para o seu autoconsumo e a subsistência de sua família? Você doa o excedente da sua produção?
- A agricultura urbana/periurbana é a sua única fonte de renda?
- Qual é a área (em hectares ou metros^2) utilizada para o cultivo?
- A área é própria ou não?
- Quais produtos cultiva nessa área?
- Como tem acesso à água para irrigar as plantas?
- Quem são as pessoas que compram seus alimentos (clientes)?
- Você utiliza algum tipo de agrotóxico em sua produção? Se sim quais? Utiliza algum tipo de Equipamento de Proteção Individual? Se não, quais produtos utiliza para ter o controle sobre os problemas enfrentados no cultivo?
- Quais as principais dificuldades enfrentadas no cultivo e/ou na comercialização da produção?
- Você acha a agricultura urbana/periurbana importante? Por quê?